

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2013

www.VICTORIA-seguros.pt



ÍNDICE

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 31 de Março de 2014

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

www.VICTORIA-seguros.pt

- O GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL
- PRINCIPAIS INDICADORES
- ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

01 **RELATÓRIO CONSOLIDADO**

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

- 31 BALANÇO CONSOLIDADO 37 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS 40 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTERGAL
- DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXAS
- 43 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO 45 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Capital Social

54.500

MILHÕES DE EUROS

VICTORIA -SEGUROS, S.A.

Capital Social

34.850

MILHÕES DE EUROS

VICTORIA -SEGUROS DE VIDA, S.A.

Capital Social

8.500

MILHÕES DE EUROS

PRINCIPAIS INDICADORES **2013**

A VICTORIA EM NÚMEROS

119.678.952€

Prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços 117.879.022 €

Prémios Brutos Emitidos

7.687.619€

Rendimentos de Investimentos

90.597.628€

Custos com Sinistros

6.627.485€

Provisão para participação nos resultados

1.080.275€

Participação nos Resultados atribuída

275.822.221€

Provisões Técnicas e Provisões para Outros Riscos e Encargos 408.375.607€

Volume Total do Balanço

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro **Presidente**

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Maria Mateus Pinto) Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont **Presidente**

Christian Baffy

Vogal

Pierre Esparbes

Vogal

Bernard Millequant

Vogal

Hubert Rodarie

Vogal

Cyrille Mascarelle

Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard

Presidente

Santiago Gil de Biedma

Vogal

António Vilar

Vogal

Luís Henriques

Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados - S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas (ROC nº 1230)

Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896) **Suplente**

CONSELHO EXECUTIVO

Cyrille Mascarelle **Administrador Delegado**

Carlos Suárez

Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho **Diretor Geral Adjunto**

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

DIRETORES DE DEPARTAMENTO

João Ferreira da Fonseca

Dep. Canal de Corretores e Empresas

Júlio Gonçalves

Dep. Financeiro

Tiago Monteiro

Dep. de Gestão de Riscos e Planeamento

João Borbinha

Dep. de Informática

Carlos Ribeiro

Dep. de Operações

Alberto Bento

Dep. de Recursos Humanos e Logística

Luis Tomás

Dep. Técnico Não Vida

Ana Aragão

Dep. Vida



VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO & CONTAS **2013**

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 508°-A do Código das Sociedades Comerciais, do disposto no Decreto-Lei n.º 147/94 de 25 de Maio e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013. Estes elementos referemse às seguintes sociedades:

- VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.
- VICTORIA Seguros, S.A.
- VICTORIA Seguros de Vida, S.A.

01. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

01.1 Situação Económica

O ano de 2013 foi marcado na União Europeia pela recuperação da confiança no projeto do Euro, apesar dos inúmeros desafios e obstáculos, como o pedido de ajuda financeira apresentado pelo Chipre, que destoou contudo do ambiente de normalização e crescente otimismo, que permitiu aos países periféricos registar

melhorias significativas nas suas contas públicas e balança de transações. A estabilidade financeira da zona Euro foi assegurada. Ainda assim, o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma contração de 0,4% (2012:-0,6%).

Em Portugal, o esforço de contenção orçamental apresentou alguns resultados, tendo a economia registado na segunda metade do ano um ligeiro crescimento económico. No entanto, o PIB registou uma contração em 2013 de 1,5% (2012: -3,2%), tendo a procura interna, fortemente condicionada pelo esforço fiscal exigido às famílias, regredido cerca de 2,7%. O desempenho do setor exportador registou um crescimento superior a 5%, tendo assim contribuído para o ajustamento da economia portuguesa. O nível de desemprego registou ao longo do ano uma evolução positiva tendo atingido no final de 2013 um valor de 15,4% (2012: 17,3%). Ultrapassados os efeitos das alterações dos impostos indiretos ao consumo em 2012, a economia portuguesa registou um crescimento do nível de 0,5% (2012: 2,8%), tendo sido este um dos fatores decisivos para o aumento da competitividade da economia nacional na zona Euro.

O Japão lançou um programa económico fortemente expansionista, tendo como objetivo genérico a duplicação da oferta monetária, através da compra de dívida pública pelo Banco Central. Já em 2013, esta medida gerou alguns resultados, contribuindo para um crescimento económico de 1,3% (2012: 1,8%), mantendo-se a taxa de inflação em 0,3% (2012: 0,0%).

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Não foi ainda em 2013 que os Estados Unidos conseguiram um acordo definitivo em torno do teto da dívida pública. No entanto, o incentivo expansionista da política monetária permitiu que a economia norte americana registasse um desempenho positivo. O PIB cresceu 2,8% (2012: 1,9%), tendo o desemprego regredido para 7,4% (2012: 7,9%). A inflação manteve-se contida e atingiu 1,5% (2012: 2,1%) tendo a Reserva Federal anunciado, logo a meados do ano, que a evolução da economia e do desemprego poderia a prazo permitir uma redução da magnitude do programa de expansão monetária.

A possibilidade de a Reserva Federal iniciar um ciclo de subida de taxas de juro, aumentou a incerteza sobre o desempenho económico dos países emergentes. O crescimento do PIB destes países manteve se porém equilibrado em 2013 com uma taxa de 4,5% (2012: 4,8%).

Em 2013, a economia global registou um crescimento de 2,3% (2012: 2,6%), tendo o nível de preços subido 2,6% (2012: 2,9%).

01.2 Mercados Financeiros

A evolução positiva registada pela economia americana e o aumento da estabilidade da moeda única beneficiaram quer o Dólar (USD), quer o Euro (EUR). Utilizando um cabaz ponderado pelo comércio internacional, o Dólar o Euro valorizaram 6,5% e 6,3% respetivamente. A 31 de dezembro o Euro cotava a 1,3789 USD (2012: 1,3197

USD). Em contrapartida, destaca-se a desvalorização da moeda nipónica (2012: 17,6%), fortemente influenciada pela política monetária expansionista, bem como a forte desvalorização das moedas de alguns países emergentes, com especial destaque para o Rand sulafricano (-18,3%) e a Lira turca (-18,1%).

O Banco Central Europeu (BCE) desceu em 2013 as taxas de juro para 0,25%, registando um novo mínimo histórico, o que em conjunto com a garantia dada pelo BCE de existência de liquidez sempre que necessário, se revelou decisivo para a manutenção das taxas de juro de curto prazo em valores mínimos. A taxa Euribor a 3 meses registou contudo, uma subida marginal, fechando o ano nos 0,287% (2012: 0,187%).

Durante o ano de 2013 o prémio de risco da Dívida Soberana emitida pelos países europeus considerados de maior risco, registou uma nova melhoria, destacando se a redução do spread da dívida portuguesa de 557 para 409 p.b. face à dívida soberana alemã. No entanto, a expectativa de alteração de curso da política monetária americana, teve um impacto determinante nas taxas de juro dos países europeus considerados mais seguros, nomeadamente Alemanha e França. O rendimento a 10 anos das obrigações alemãs subiu de 1,31% para 1,93% sendo a subida registada no caso da divida francesa de 1,99% para 2,55%. Por seu lado, a dívida de empresas registou também uma diminuição do rendimento gerado, principalmente nas emissões com melhor qualidade de crédito como atesta a evolução registada do índice BofA Merrill Lynch Euro

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Corporate, que subiu 2,39% (2012: 13,03%)

Os principais mercados de ações revelaram ao longo de todo o período uma volatilidade crescente, encerrando o ano contudo, com valorizações bastante positivas: o índice norte americano S&P 500 subiu 29,6%, enquanto na Europa, o índice de referência EuroStoxx 50 valorizou 18,0%. Em Portugal, o índice PSI20 registou uma subida de 16,0%.

Nos mercados de matérias primas, o preço do ouro recuou cerca de 49% descendo de 166 para 84 dólares. O petróleo manteve-se estável e fechou a ano nos 110,8 dólares por barril Brent (2012: 111,9).

01.3 Mercado Segurador

Em 2013 a atividade seguradora registou um forte crescimento da produção do seguro direto tendo-se verificado para a globalidade da produção de seguros (prémios para contratos de seguros e entregas para contratos de investimento e de prestação de serviços) um aumento de 20% (2012: quebra de 7,12%) mas com um comportamento distinto entre os ramos Vida e Não Vida.

Com efeito, a produção do ramo Vida registou um forte crescimento de 34% (2012: quebra de 8,9%). Para esta evolução do ramo contribuíram de forma decisiva os produtos de capitalização e os PPRs assim como a perca de atratividade dos produtos alternativos de poupança como os depósitos bancários. Nos Ramos Não Vida voltou este a

ano a registar-se um decréscimo de 3,4%, próximo do nível verificado no ano anterior (2012: -3,8%) continuando deste modo a refletir a sensibilidade da atividade à evolução macroeconómica. O ramo Saúde registou novamente um crescimento de 3,0% (2012: 2,2%) mantendo-se assim o dinamismo desta linha de negócio que, em volume de prémios, ultrapassou o ramo de Acidentes de Trabalho. Os ramos de Riscos Múltiplos registaram um crescimento de 1,7% (2012: 1,7%). O ramo Automóvel voltou a registar um decréscimo de 5,5% (2012: -5,4%) refletindo a crise do parque automóvel. Pelo sétimo ano consecutivo o ramo de Acidentes de Trabalho registou uma nova quebra 8,0% (2012: -10,6%) refletindo as condições de emprego da economia assim como a continuada erosão dos prémios neste ramo.

A recuperação dos mercados financeiros em 2013 teve um impacto muito positivo nos resultados e solidez financeira do setor. A redução da atividade económica continuou a contribuir para a contenção da sinistralidade em alguns ramos como o Automóvel. Os resultados dos ramos Não Vida foram contudo negativamente influenciados pelos ramos de Acidentes de Trabalho, que registou um resultado negativo pelo terceiro ano consecutivo, e de Incêndio e Outros Danos, que foi muito penalizado pelo grande impacto dos custos do temporal de Janeiro de 2013.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, em 2013 continuaram sem evolução alguns diplomas de maior relevância para a atividade no médio e longo prazo, como a transposição da Diretiva de Solvência II e a revisão

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

do seguro automóvel, tendo continuado a ser alteradas normas relativas ao reembolso de PPRs e ao registo central de contratos com beneficiários em caso de morte.

02. ATIVIDADE DA VICTORIA EM 2013

02.1 Atividade da empresa

Em 2013, aprofundaram-se as ações resultantes dos objetivos estratégicos definidos para o triénio 2012-2014, após a integração no grupo SMABTP. As linhas condutoras que congregam os princípios estabelecidos na referida estratégia, caracterizam-se da seguinte forma:

1. Crescer sustentadamente e com rentabilidade

Na VICTORIA-Seguros, S.A., esta linha condutora traduzse nos objetivos de atingimento do equilíbrio técnico e de obtenção de resultados positivos a partir de 2014. Na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. estes princípios manifestam-se no objetivo de dinamização da atividade Vida mantendo o equilíbrio técnico

2. Atingir nível adequado de solvência de acordo com os critérios Solvência II

As medidas e ações implementadas entre 2012 e 2014

permitirão alicerçar os níveis de ROI e de ROE a gerar pelas sociedades a partir de 2015, num enquadramento de Solvência II.

De acordo com o que foi estabelecido e apresentado no plano de ação elaborado para o ano 2013, as seguintes iniciativas foram sendo implementadas ao longo do ano:

• Posicionamento da VICTORIA

Reforçámos o posicionamento da VICTORIA nos ramos estratégicos através da comercialização conjunta de produtos dos ramos Vida, Saúde e Acidentes. O desenvolvimento da rede Vida foi também apoiado pelo lançamento de uma nova geração de produtos Vida. Continuámos a implementar o plano de desenvolvimento do ramo Transportes e reforçámos a nossa capacidade no ramo de Responsabilidade Civil. No ramo de Multiriscos aprofundámos o conceito de produtos modulares que servirá de base ao lançamento em 2014 desta nova oferta. No ramo Saúde consolidámos a relação operacional com a Future Healthcare ao nível da gestão de rede de prestadores de serviços médicos e da gestão de sinistros.

Modelo de Gestão

Tendo em conta o modelo de distribuição da VICTORIA em que o Cliente é o Agente profissional rentável, foi implementado uma adaptação da estrutura ao modelo de distribuição para obtermos uma resposta VICTORIA dinâmica, eficiente, superior e bem mais próxima. Neste âmbito, reforçámos, tecnicamente e comercialmente, a nossa presença junto dos nossos Agentes estratégicos,

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

descentralizando algumas das funções chave de marketing, comercial vida e empresas, para o sucesso de uma distribuição que procura a abordagem próxima do mercado local e das suas especificidades.

• Cultura Organizacional

A VICTORIA, no âmbito da responsabilidade social interna, iniciou um novo ciclo de vida aliando aos seus valores, três princípios fundamentais:

- Construir criando e fortalecendo laços e relações internas, envolvendo todos os colaboradores numa lógica de Responsabilidade Social;
- Desenvolver concebendo e promovendo ações que melhorem a qualidade de vida e as relações de trabalho dos colaboradores;
- Partilhar comunicando de uma forma clara, transparente e transversal a toda a Empresa. Sob estes princípios, assenta o conceito de Responsabilidade Social interna que permite desenvolver um conjunto de iniciativas que visam: contribuir para um maior equilíbrio da vida pessoal/profissional de cada Colaborador, promover um ambiente de trabalho saudável, aumentar a motivação e a produtividade, promover a consciencialização ambiental e contribuir para a melhoria das condições de entidades de cariz social.

A VICTORIA manifesta a sua orientação e espirito de partilha, no intuito de cumprir os desígnios a que se propôs e que foram patrocinados pelos nossos acionistas.

02.2 Prémios e entregas

Em 2013, registou-se um aumento do volume de Prémios Brutos Emitidos (PBE) face ao ano anterior, atingindo EUR 117.879.022 (2012: EUR 115.443.133). Esta subida reflete uma inversão na tendência em 2012, uma vez que o crescimento dos PBEs registado em 2013 foi de 2,1%, o que compara com uma queda de 10,4% no ano anterior. Se considerarmos o volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços, constatamos que no seu conjunto perfizeram um total de EUR 119.678.952 (2012: EUR 117.841.436), ou seja, registou-se um crescimento de 1,6% face a 2012 (2012 face a 2011: decréscimo de 12,1%). Para uma leitura da evolução detalhada por ramo, apresentamos o seguinte quadro:

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

PRÉMIOS DE ENTREGAS	2013	%	%	2012	%	%	VAR 13/12
VIDA	40.206.217	100%	33,6%	37.146.836	100%	31,5%	8,2%
Contratos de Seguro	38.406.287	95,5 %	32,1%	34.820.508	93,7%	29,5%	10,3%
Contratos de Investimento	1.799.929	4,5%	1,5 %	2.326.328	6,3 %	2,0 %	-22,6 %
NÃO VIDA	79.472.735	100%	66,4%	80.694.600	100%	68,5%	-1,5%
Acidentes de Trabalho	7.988.830	10,1 %	6,7 %	9.819.813	12,2 %	8,3 %	-18,6 %
Acidentes Pessoais	3.497.366	4,4 %	2,9 %	3.645.538	4,5 %	3,1 %	-4,1 %
Saúde	28.617.984	36,0 %	23,9 %	26.049.496	32,3 %	22,1 %	9,9 %
Contratos de Seguro	28.617.984	36,0 %	23,9 %	25.977.521	32,2 %	22,0 %	10,2 %
Cont. Prest. Serv. para Eftos Contab	0	0,0 %	0,0 %	71.975	0,1 %	0,1 %	-100,0 %
Incêndio	17.208.052	21,7 %	14,4 %	18.397.975	22,8 %	15,6 %	-6,5 %
Automóvel	15.657.047	19,7 %	13,1 %	17.360.874	21,5 %	14,7 %	-9,8 %
Transportes	5.110.807	6,4 %	4,3 %	4.496.073	5,6 %	3,8 %	13,7 %
Diversos	1.392.648	1,8 %	1,2 %	924.830	1,1 %	0,8 %	50,6 %
TOTAL	119.678.952		100 %	117.841.436		100 %	1,6 %

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

O reforço da oferta de produtos no ramo Vida contribuiu para a inversão da tendência de queda verificada no ano anterior, tendo sido registado um crescimento nos prémios de Contratos de Seguro de 10,3% (2012: 4,7%) num total de EUR 38.406.287 (2012: EUR 34.820.508). Relativamente aos Contratos de Investimento, a receita processada, que corresponde às entregas – prémios – efetuadas pelos tomadores de seguro, registou uma guebra de 22,6% (2012: diminuição de 43,9%), situando-se deste modo em EUR 1.799.929 (2012: EUR 2.326.328). Analisando numa outra perspectiva, constata-se que a receita de prémios com origem em contratos de Empresas continua em contração, em contraste com a evolução da receita obtida através de contratos celebrados com Particulares. O volume de prémios referente a contratos de Grupo desceu 2,4% (2012: -9.8%) para EUR 10.210.539 (2012: EUR 10.461.493). porém o negócio proporcionado pelos clientes particulares cresceu 12,4% (2012: 3,4%) para EUR 29.995.678 (2012: EUR 26.685.343). No seu conjunto, a produção Vida cresceu 8,2%, face a um decréscimo de 0,7% em 2012. Este crescimento ficou no entanto aquém do desempenho do mercado que registou uma subida de 33,8% (2012: -8,2%).

Nos ramos Não Vida a VICTORIA apresenta uma queda global de 1,5% (2012: redução 16,5%), enquanto o mercado como um todo registou uma quebra de 3,4% (2012: decréscimo de 3,9%).

No ramo de Saúde, a produção registou um incremento significativo de 10,2% (2012: 10,9%), para um total de EUR 28.617.984 (2012: EUR 26.049.496). Este crescimento

superou a evolução do mercado, que evoluiu positivamente em 3,1% (2012: 1,9%), permitindo que a VICTORIA mantivesse neste ramo o 5º lugar no ranking à semelhança do sucedido em 2012.

Em Incêndio e Outros Danos, a companhia seguiu em 2013 uma rigorosa política de subscrição, o que continua a impactar negativamente na produção. No ano em apreciação, a receita de prémios decresceu 6,5% (2012: -12,8%). Embora com uma magnitude diferente, o mercado no seu todo, registou igualmente uma diminuição da receita mas neste caso de 0,8%.

Fruto da evolução económica nacional e do continuado rigor na subscrição, o ramo Automóvel manteve a tendência de quebra de produção e recuou este ano 9,8% (2012: -21,5%). O setor no seu conjunto também manteve a tendência de contração e caiu este ano 5,5% (2012: -4,8%).

No ramo Transportes a VICTORIA consolidou a sua posição como empresa de referência no mercado ocupando a quarta posição no que diz respeito à receita de prémios. Face a 2012, verifica-se um aumento nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 13,7% (2012: 14,2%), ao qual corresponde um volume de facturação de EUR 5.110.807 (EUR 4.496.073). Contrariamente a este movimento, o mercado no seu todo registou uma diminuição no volume de receitas que se cifrou em 2,9%. Este ramo tem assumido uma importância crescente e corresponde em 2013 já a cerca de 4,3% do total de prémios emitidos, face a 3,8% no ano transato e 2,9% em 2011.

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige um acrescido rigor e prudência. Em 2013 e fundamentalmente em consequência da evolução negativa do crescimento económico, registou-se uma quebra na produção de 8,0%, face a uma descida de 10,6% no ano anterior. A VICTORIA registou uma contração ainda mais pronunciada, tendo a receita gerada descido 18,6% (2012: 25,5%) para EUR 7.988.830 (2012: EUR 9.819.813). Reflexo desta evolução é a diminuição do peso relativo deste ramo na produção da companhia, contribuindo em 2013 com 6,7% dos prémios face a 8,3% no período homólogo.

O ramo de Acidentes Pessoais também registou uma evolução negativa em linha com a evolução do mercado. O volume de prémios recuou 4,1% para EUR 3.497.366 (2012: EUR 3.645.538), quando no ano anterior o recuo tinha sido 14,4%. Globalmente o setor registou neste ramo, uma contração de 4,0% (2012: -4,5%).

Finalmente, a receita gerada nos ramos Diversos apresentou um aumento de 50,6% (2012: 7,1%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 1.392.648 (2012: EUR 924.830), representando apenas 1,8% do total de prémios.

02.3 Sinistralidade e Participação nos Resultados

Em 2013, o valor global não consolidado registado em custos com sinistros de contratos de seguro, ascendeu a EUR 90.597.628 (2012: EUR 101.159.527) traduzindo uma redução de 10,4% face ao verificado no período homólogo (2012: redução de 10,6%).

CUSTOS COM SINISTROS	2013	2012	VAR 13/12
VIDA	36.849.269	36.318.474	1,5 %
NÃO VIDA	53.748.359	64.841.053	-17,1%
Acidentes de Trabalho	6.036.727	10.882.129	-44,5%
Acidentes Pessoais	794.033	1.157.334	-31,4%
Saúde	24.835.421	20.660.877	20,2%
Incêndio e outros danos	9.631.664	15.372.741	-37,3%
Automóvel	9.586.809	14.019.699	-31,6%
Transportes	2.674.850	1.905.212	40,4%
Diversos	188.855	843.061	-77,6%
TOTAL	90.597.628	101.159.527	-10,4%

No ramo Vida, as indemnizações globais ascenderam a EUR 36.849.269 (2012: EUR 36.318.474), representando um crescimento de 1,5% relativamente ao ano anterior (2012: 4,1%). À semelhança do registado em 2012, verificou-se uma diminuição dos montantes pagos relativos a Vencimentos, Capitais, Morte ou Invalidez e Rendas. Os Vencimentos sofreram uma redução de 9,0% (2012: descida de 2,2%), por seu lado, os pagamentos relativos a Capitais foram inferiores em 16,2% (2012: descida de apenas 0,7%). Os sinistros enquadrados como Rendas pagas pela VICTORIA, depois de um recuo de 5,6% em 2012, registaram em 2013 uma queda marginal de 0,5%. Os Resgates, que em 2013 representaram 46% de todos os montantes pagos no Ramo Vida, registaram um aumento

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

de 19,5%, face a um crescimento de 14,7% em 2012. As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

CUSTOS COM SINISTROS	2013	2012	VAR 13/12
VIDA	36.849.269	36.318.474	1,5%
Vencimentos	13.725.399	15.081.812	-9,0%
Capitais morte ou invalidez	3.345.529	3.991.625	-16,2%
Rendas	2.531.670	2.545.381	-0,5%
Resgates	16.826.309	14.073.307	19,5%
Outras	59.679	70.306	-15,1%
Custos gestão imputados	360.683	553.043	-34,8%

A provisão para Participação nos Resultados sofreu uma redução de EUR 3.153.567 (2012: EUR 3.002.811) com a seguinte distribuição: EUR 2.972.795 (2012: EUR 2.856.067) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 180.772 (2012: EUR 146.744) que foram utilizados para aumento dos benefícios. Por outro lado, foram atribuídos do resultado do ramo Vida EUR 2.238.604 (2012: EUR 2.610.383) à mesma Provisão. Assim, no final do exercício, a Provisão para Participação nos Resultados constituída era de EUR 5.310.578 (2012: EUR 6.225.541).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 5.076.961 (2012: EUR 8.473.095), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. À semelhança de anos anteriores, foram efetuados testes de adequação das responsabilidades.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 4.367.873 (2012: EUR 4.034.751). Registou-se um incremento no valor das provisões para compromisso de taxa para EUR 2.960.725 (2012: EUR 2.489.132).

O apuramento da Participação de Resultados a atribuir, foi efetuado de acordo com as percentagens de atribuição consideradas nos exercícios anteriores, tendo naturalmente por base, a evolução da Reserva de Reavaliação de Justo Valor. Em virtude da diminuição registada naquela reserva, a Provisão para Participação nos Resultados a Atribuir sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2013 EUR 1.305.978 (2012: EUR 1.941.420).

Nos ramos Não Vida e à semelhança do registado no período homólogo, verificou-se uma acentuada diminuição dos custos com sinistros, refletindo uma redução de 17,1% face a 2012 (2012: decréscimo de 17,2%). A da taxa de sinistralidade registada nestes ramos acompanhou a mesma tendência favorável, recuando 12,1%. Detalhando a análise por ramo:

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

TAXA DE SINISTRALIDADE	2013	2012	VAR 13/12 PP
NÃO VIDA	66,1 %	78,2 %	-12,1
Acidentes de Trabalho	73,7 %	107,6 %	-33,9
Acidentes pessoais	22,2 %	30,7 %	-8,5
Saúde	85,7 %	79,9 %	5,8
Incêndio e outros danos	53,9 %	79,8 %	-26,0
Automóvel	58,5 %	75,7 %	-17,1
Transportes	52,8 %	42,4 %	10,4
Diversos	15,3 %	99,0 %	-83,8

Relativamente à evolução registada no rácio de sinistralidade dos ramos reais, consideram-se relevantes os seguintes aspectos:

- A redução do peso na carteira de contratos com cobertura de danos próprios, no ramo Automóvel, acompanhada de uma redução significativa da frequência na sinistralidade;
- Mantendo a tendência registada em 2012, a melhoria significativa na sinistralidade de Acidentes de Trabalho, que desce abaixo do patamar de 100% para 73,7% (redução global de 33,9 p.p.), explicada pela redução da frequência e do custo médio com sinistros;
- No ramo de Incêndio, o rácio recuou 26 p.p. para 53,9%, invertendo a tendência do ano anterior. Variação que reflete

o menor valor registado em 2013 com origem em sinistros de ponta;

• Em Saúde, o rácio de sinistralidade regista uma evolução desfavorável e sobe 5,8 p.p. para 85,7%, quando em 2012 tinha sido registada uma melhoria de 1,4%. Esta situação que resulta maioritariamente do atraso na renegociação das condições da Rede de prestadores da Future Healthcare em 2013 foi sendo acompanhada por várias ações que estão em curso de implementação;

Embora se proceda ao acompanhamento mensal das provisões registadas contabilisticamente, com base trimestral, é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são reflectidos nos resultados da empresa. Embora sem caracter vinculativo, a aplicação de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões é igualmente realizado. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um run-off positivo. O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, o que reflecte a política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

02.4 Resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re, em Madrid, a Trans Re em Zurique, a MMA (ex-GMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Lanforsakringar, em Estocolmo, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a R+V Versi-cherung AG, em Wiesbaden, com a Hannover Re, em Hannover no tratado proporcional de Incêndio e com a Hannover Re, nas Bermudas, para o CAT XL, a Mapfre Re em Madrid, com a SMABTP, a SCOR, a General Re em Madrid, a Caisse Centrale de Reassurance e a XL Re em Paris, com a Catlin Re, a Amlin Re e a Deutsche em Zurique, com a Everest Re em Dublin, com a Partner Re nas Bermudas e com a Devk Re em Colónia. Iniciou contrato com a QBE Europe, em Londres, Axis Re, em Dublin. Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. teve todos os contratos com a Europea de Seguros, em Lisboa.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life Ibérica, a Mapfre Re e a RGA Re em Madrid e a Hannover Re, em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

RESSEGURO CEDIDO NÃO VIDA	2013	2012	VAR 13/12
Resultado	-7.804.443	-2.424.451	221,9%
Prémios adquiridos cedidos	-35.272.087	-30.948.151	14,0%
Comissões	7.220.244	6.753.340	6,9%
Sinistros e var. provisões cedidos	20.247.400	21.770.360	-7,0%

O agravamento do resultado da conta técnica de resseguro, registado em 2013, face ao verificado no período homólogo, encontra-se intimamente relacionado com a significativa melhoria da sinistralidade do ano. Refira-se ainda que os sinistros catastróficos que se caracterizam pela sua baixa frequência e grande severidade, estão igualmente associados à probabilidade de ocorrência de fenómenos de natureza sísmica. Tratando-se a VICTORIA de uma empresa de seguros a atuar em Portugal, encontra-se por isso bastante exposta a este tipo de risco em Incêndio e Outros Danos, factor relevante na análise em curso, sendo o resseguro uma das formas de mitigação da exposição a este risco

02.5 Custo por natureza a imputar

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 26.537.450 (2012: EUR 26.461.150) o que se traduz num incremento de 0,3% (2012: - 1.8%). As medidas de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição tiveram neste ano um impacto negativo nos custos que implicaram um aumento de 1,4% na rubrica custos com pessoal face ao registado

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** no ano anterior. As rubricas de Fornecimento e Serviços Externos, onde se registou uma redução de 1,8% face ao período homólogo, apresentam já o efeito de algumas das medidas implementadas de racionalização de custos. Em resultado dos investimentos que continuam a ser feitos no desenvolvimento de novas ferramentas de apoio à atividade da empresa, as amortizações do exercício registaram um aumento de 15,5% face a 2012.

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2013	2012	VAR 13/12
Total	26.537.450	26.461.150	0,3%
Custos com pessoal	15.378.222	15.160.294	1,4%
Fornecimentos e Serviços externos	8.821.777	8.980.306	-1,8%
Impostos e Taxas	253.857	622.678	-59,2%
Amortizações	1.739.521	1.506.599	15,5%
Juros e Comissões de Invest.	344.072	191.273	79,9%
% Prémios brutos adquiridos e entregas	21,8%	22,0%	-0,2%

02.6 Rácio combinado Não Vida

Mantendo a tendência do período homólogo, o rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida continuou a denotar uma melhoria acentuada situando-se nos 112,6%, o que corresponde a uma diminuição de 6,9

p.p. (2012: 0,8 p.p.).

RÁCIO COMBINADO LIQUIDO DE RESSEGURO	2013	2012	VAR 13/12 PP
NÃO VIDA	112,6%	119,5%	-6,9
Acidentes de Trabalho	107,4%	151,0%	-43,6
Acidentes pessoais	109,2%	113,7%	-4,5
Saúde	122,8%	106,8%	16,0
Incêndio e outros danos	134,5%	114,0%	20,5
Automóvel	102,5%	123,0%	-20,5
Transportes	85,7%	55,6%	30,1
Diversos	111,5%	151,7%	-40,2

Globalmente e apesar da evolução favorável registada pelos rácios de sinistralidade do exercício e pelos rácios combinados, verificou-se a necessidade de reforçar, face ao ano anterior, o nível de Provisões para Risco em Curso (PRC). Esta necessidade naturalmente não se verificou de forma homogénea em todos os ramos de atividade. Em Acidentes de Trabalho e Automóvel, houve lugar à libertação de provisões nos montantes de EUR 501.995 e EUR 994.340 respetivamente. Não foi alheia à referida movimentação, a forte redução de prémios resgistada em ambas as linhas de negócio, bem como, a seleção criteriosa dos riscos subscritos. Em contrapartida, houve nos restantes ramos um reforço da PRC. Em Saúde, o referido aumento foi de EUR 1.711.099 acompanhando o crescimento da receita associada à respetiva linha de negócio. Em Acidentes

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

pessoais, Multiriscos, Transportes e Diversos, a provisão foi reforçada, em EUR 26.358, EUR 414.272, EUR 119.251 e EUR 88.680, respetivamente. No seu conjunto, estes movimentos traduziram-se num aumento global das PRC de EUR 863.326 por contraposição à redução de EUR 2.086.443 que tinha sido registada em 2012.

VAR. PROV. PARA RISCOS EM CURSO	2013	2012	VAR 13/12 PP
NÃO VIDA	-863.326	2.086.444	-2.949.769
Saúde	-1.711.099	-813.282	-897.817
Reais	847.773	2.899.726	-2.051.952
Acidentes de trabalho	501.995	2.191.592	-1.689.598
Acidentes Pessoais	-26.358	10.211	-36.569
Multiriscos	-414.272	-256.151	-158.121
Automóvel	994.340	1.257.976	-263.6636
Transportes	-119.251	-72.716	-46.535
Diversos	-88.680	-231.186	142.506

02.7 Recursos Humanos

No final de 2013 a VICTORIA tinha um total de 310 (72 Vida e 238 Seguros) (2012: 315) empregados. A média etária era de 41,61 (2012: 40,85) anos, a antiguidade média no Grupo era de 12,12 (2012: 11,60) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 53,9 % (2012:

54,0%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2013, 47,4% (2012: 47,0%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Contrato Colectivo de Trabalho para a atividade seguradora publicado em 15/01/2012, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2013 contribuições no total de 63.273,50€ para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores admitidos na atividade seguradora entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2010. O anterior Plano de Pensões de Beneficio Definido. mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Beneficio Definido, agora alterado

02.8 Formação

Em 2013, a VICTORIA contou com a participação de 682 Colaboradores em programas de formação, maioritariamente em áreas técnicas de seguros e em cursos com especialização técnica na atividade seguradora. O objetivo estratégico da Companhia na área da formação centrou-se precisamente em assegurar que todos os seus Colaboradores sejam reconhecidos e diferenciados por

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

uma forte solidez técnica, garantia de aportar um valor acrescentado para Mediadores e Clientes finais. Os dados relativos à formação ministrada são os seguintes:

- Total de Horas de formação 4.900;
- Total de participações 682, das quais 550 foram asseguradas por formadores internos;
- Áreas predominantes de formação: formação técnica em Produtos VICTORIA e específica do setor segurador (63%), formação em Sistemas de Informação (22%) e áreas transversais (12%).

Academia VICTORIA

Em 2012, a VICTORIA relançou o conceito de Academia VICTORIA com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências e o crescimento profissional dos Colaboradores, através de metodologias inovadoras que incentivam a passagem à prática dos conceitos adquiridos nos diferentes programas de formação, com vista a alavancarem diretamente resultados organizacionais, objetivamente mensuráveis.

Neste contexto, foram criadas diversas metodologias de formação, com destaque para os Ciclos Formar, com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências e consolidar a preparação técnica inerente à função comercial na VICTORIA. Os Ciclos Formar destinam-se transversalmente a toda a estrutura comercial da Empresa,

compreendem diversas etapas e patamares de formação e integram uma componente avaliativa.

- O 1º patamar do Ciclo Formar, centra-se sobretudo na atualização de conceitos e princípios que regulam e determinam a vivência de toda a atividade seguradora. Estes conceitos são fundamentais para dominar bem, tecnicamente, toda a moldura técnica da atividade seguradora.
- O 2º patamar do Ciclo Formar, destina-se à consolidação de conhecimentos técnicos como suporte à comercialização dos Ramos estratégicos. Visa dotar toda a estrutura comercial da VICTORIA dos principais conceitos associados a essas linhas de negócio, identificando fatores técnico-comerciais relevantes para uma boa análise de situações concretas, com vista à melhor subscrição do negócio, tendo em conta necessidades do Cliente e fatores de risco mais relevantes na respetiva subscrição.

Em 2013 dando continuidade ao desenvolvimento da Academia de Formação VICTORIA, foi realizado um novo Ciclo de Formação em Riscos de Engenharia com o objetivo de assegurar os conceitos fundamentais associados ao Ramo e identificar os fatores de risco mais relevantes na respetiva subscrição.

Este Ciclo envolveu 102 participantes da estrutura comercial da VICTORIA, num total de 64 horas.

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Formação a Canais de Mediação

O âmbito de intervenção da Formação Canais de Mediação em 2013, centrou-se nas seguintes áreas:

- Plano de Formação novos Empregados
- Plano de Formação em Produtos VICTORIA e áreas afins
- Plano de Formação Contact Center
- Ciclo Formar | Riscos de Engenharia

contando com um total de 1099 participações (Empregados, Agentes de Seguros e outros parceiros e Operadores de Contact Center). Foram ministradas 910 horas de formação (> 9% em relação a 2012) num total de 168 ações de formação.

Foram igualmente realizados 13 cursos de formação em Qualificação Vida e Não Vida para novos Agentes de Seguros e Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade Seguradora, em regime de e-learning.

Formação Lançamento de Novos Produto

Foram desenvolvidas diversas sessões de Formação sobre o Lançamento do novo produto de Saúde | VICTORIA Saúde Ibérica | que contaram com 441 participantes (incluindo colaboradores das áreas internas de negócio, estrutura comercial e estrutura de agentes estratégicos). O objetivo das ações foi dotar todos os participantes dos conhecimentos técnicos necessários à gestão e comercialização do Novo Produto, no que diz respeito às

diversas vertentes do mesmo (principais características técnicas e comerciais) por forma a potenciar a dinamização e comercialização do mesmo.

Formação VICTORIA.net

Foi assegurado um Plano de Formação com vista a potenciar a utilização das novas funcionalidades do VICTORIA.net, por forma a apoiar a ação comercial do Agente na gestão da sua carteira com a VICTORIA, bem como melhorar a qualidade de serviço prestado ao mesmo proporcionando informação em tempo real.

Contou com 274 participações (incluindo Agentes de Seguros e Colaboradores), num total de 38 horas de formação interna.

Formação Sistema de Informação de Gestão

Foi desenvolvido um plano de formação sobre a utilização das novas funcionalidades e componentes de informação que integram a nova solução de armazenamento e consulta de informação, destinado às equipas das áreas de negócio e de suporte da VICTORIA.

Contou com 84 participações, num total de 175 horas de formação interna

Formação Anti-Fraude

Foram igualmente asseguradas ações de sensibilização sobre a importância da temática do Anti-fraude no que diz respeito às atividades profissionais do dia-a-dia dos colaboradores. Contou com 97 participações, num total de 10 horas de formação interna.

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Plano de Formação Comportamental | Contact Center

Foi desenvolvido um Plano de Formação Comportamental para área de Contact Center, por forma a dotar a equipa das competências e comportamentos necessários ao adequado desenvolvimento da atividade quotidiana da equipa. Contou com 9 participações, num total de 96 horas de formação.

02.9 Investimentos

Integrado no grupo SMABTP, a gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa especializada do grupo a SMAGestion. Em 2013, a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à selecção de Ativos com valor, em alternativa a uma simples selecção de classes de Ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicercada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos consolidada das empresas de seguros atingiu, no final de 2013, o montante de EUR 353.919.650 (2012: EUR 382.295.152) e que se concentrou exclusivamente na rubrica Outros Ativos Financeiros. Esta rubrica que inclui as aplicações em Depósitos a Prazo e à Ordem registou uma redução de 26,9 milhões de euros e representa no final de 2013 3,1% da carteira de investimentos (2012: 9,8%). Em Dezembro de 2012, a VICTORIA Seguros, S.A. procedeu a um aumento de capital no montante de 31 milhões de euros, que em 31 de Dezembro de 2012 estava provisoriamente aplicado em Depósitos Bancários, tendo sido posteriormente convertido em aplicações financeiras. O investimento em Imóveis corresponde a 7,6% (2012: 7,1%) e as aplicações em títulos totalizam 89,3% (2012: 83,2%).

A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2013	2012	VAR 13/12
Total	382.295.152	353.919.650	-7,42%
Títulos	324.420.533	324.624.757	0,06%
Imóveis	27.617.958	27.617.958	0,00%
Outros Ativos Financeiros	30.256.661	1.676.935	-94,46%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 324.624.757 (2012: EUR 324.420.533) e a 31 de Dezembro de 2013 apresentava a seguinte distribuição:

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

CARTEIRA DE TÍTULOS	2013	%	2012	%	VAR 13/12
Total	324.624.757	100%	324.420.533	100%	0,1%
Dívida Pública	139.487.815	43%	159.862.477	49,3%	-12,7%
Ações	11.180	0,0%	154.922	0,0%	-92,8%
Obrigações Diversas	132.898.210	40,9%	140.234.506	43,2%	-5,2%
Outros	52.227.553	16,1%	24.168.628	7,4%	116,1%

Ao longo do ano, considerou-se que a inversão do ciclo de política monetária expansionista nos Estados Unidos iria levar a uma inversão da tendência de descida no rendimento das obrigações de dívida pública o que, combinado com a redução acentuada dos prémios de risco da dívida pública dos países periféricos, levou a gestão a reduzir a exposição a dívida pública europeia. Em alternativa, foi dada preferência ao investimento em dívida de empresas com notações de rating elevadas e unidades de participação de fundos de tesouraria europeus: o investimento em dívida pública representa 43,0% (2012: 49,3%), as aplicações em obrigações diversas correspondem a 40,9% (2012: 43,2%), enquanto a rubrica Outros registou um crescimento de 28 milhões de euros e representando 16,1% do total da carteira de Títulos (2012: 7,4%).

De facto, as taxas de rendimento nos mercados europeus de menor risco registaram uma subida de cerca de 50 p.b., o que em conjunto com a realização de maisvalias extraordinárias, contribuiu para uma redução na Reserva de Reavaliação para 7.616.839 EUR (2012: EUR 11.736.551). A qualidade de crédito da carteira de investimento medida através das notações de rating manteve-se estável e pode ser classificada de elevada qualidade. Destaca se que investimento em Ativos com qualidade de crédito elevada (mínimo A) representa 84,4% (2012: 84,4%).

Total	100%	100%
NR	1,6%	2,5%
BB	0,7%	2,0%
BBB	13,2%	11,1%
A	20,6%	19,2%
AA	35,5%	36,9%
AAA	28,3%	28,3%
RATING CARTEIRA	2013	2012

O resultado de investimentos subiu cerca de 60 mil euros face a 2012, totalizando EUR 9.201.577 (2012: EUR 9.139.924). Tal como no exercício anterior, a rubrica de rendimentos registou uma descida acentuada (-17%) em virtude do reinvestimento dos vencimentos de obrigações a taxa de rendimento inferiores ou em Ativos não geradores de rendimento periódico. De forma positiva, destaca-se a contribuição da rubrica de ganhos realizados, que registou um aumento de 53,6% face a 2012 e gerou um resultado de 2.2 milhões de euros. Também com nota positiva, a rubrica

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

de perdas por imparidade totalizou EUR 207.461 (2012: EUR 399.630).

PROVEITOS DE INVESTIMENTOS	2013	2012	VAR 13/12
Total	9.201.577	9.139.942,2	0,7%
Rendimentos	7.687.619	9.306.625,9	-17,4%
Ganhos Realizados	2.215.657	1.442.811,5	53,6%
Perdas Provenientes de Alienação	494.238	-1.209.883,2	-59,1%
Perdas por Imparidade	207.461	-399.630,0	-48,1%

02.10 Fundos de Pensões

No ano de 2013, os Ativos relativos a Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA, totalizaram um montante de EUR 25.265.078 (2012: EUR 30.383.037), distribuídos por 6 fundos.

02.11 Meio Ambiente

A VICTORIA sempre prestou uma atenção especial à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de

menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 3,5 (2012: 4,2) milhões de folhas. Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 2,3 (2012: 2,6) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água na nossa sede, incluindo assim os Edifícios VICTORIA e de Miraflores, situaram-se em 1.016.965 (2012: 1.472.459) KW/H de energia elétrica, 24.680 (2012: 21.323) m3 de gás natural e 2.705 (2012: 3.713) m3 de água. O consumo nas nossas delegações foi de 212.542 (2012: 199.227) KW/H de energia elétrica e de 1.699 (2012: 1.080) m3 de água. Isto significa, que o consumo médio, por empregado e por ano, foi de 3.916 (2012: 5.307) KW/H de energia elétrica e de 14,0 (2012: 15,2) m3 de água.

02.12 Gestão de Riscos e Controlo Interno

Em 2013, prosseguiu-se com o realinhamento do modelo de gestão de risco à nova estrutura organizacional da VICTORIA e à realidade do grupo SMABTP. A área de Gestão de Riscos funciona integrada dentro da Direção de Gestão de Riscos e Planeamento e tem como principal objetivo garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno adequado e eficaz, em conformidade com os princípios já conhecidos do projeto Solvência II, controlando e minimizando os riscos decorrentes da atuação da VICTORIA nas suas diversas dimensões: Riscos Específicos de Seguro, Risco Operacional, Risco Reputacional, Risco Estratégico, Risco de Mercado, Risco de Concentração, Risco de Crédito, Risco Legal e Risco de Compliance.

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Relativamente ao Risco Operacional, em 2013 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se se seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMABTP;
- Adoção da ferramenta utilizada pelo grupo para gerir este risco, tendo-se iniciado a respetiva paramentrização e de forma a substituir no próximo ano o atual aplicativo Registo de Perdas;
- Continuidade da atualização dos processos e respetivas matrizes de risco operacional, identificando as atividades, riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, tendo-se identificado melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução, status, severidade e impacto dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta "Redmine". De forma a mitigar e ultrapassar as situações reportadas, efectuou-se um acompanhamento semanal às anomalias classificadas como graves e um relatório mensal detalhado sobre a evolução de todas as reportadas;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, implementado em 2012 e constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e equipas

multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos: interação com a Comissão Técnica Fraude da APS; realização de ações internas de sensibilização para o tema transversais à organização, bem como comunicações trimestrais sobre o tema através da intranet; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção tendo-se identificado novos controlos e alertas;

 Continuidade do projeto de atualização/ formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes, tendo sido constituída uma equipa específica para o mesmo e estando assente no nível de criticidade dos processos de negócio

A adequação e evolução do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno é acompanhada e garantida pelo Comité de Gestão de Risco, que mantém a estrutura de coordenação pela Direção de Planeamento e Gestão de Riscos, participação dos diretores de topo da companhia e da auditoria interna, bem como as respetivas atribuições funcionais.

Todos os documentos inerentes às Normas de Governação, Políticas e Manuais de Processos estão disponíveis para consulta pelos colaboradores, na área institucional da Intranet VICTORIA e na Biblioteca.

Para 2014 as ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos e alinhadas com o grupo SMABTP são, principalmente:

• Desenvolvimento das atividades no âmbito de

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO desenvolvimento do modelo ORSA:

- Continuação da atualização das matrizes de risco operacional para os vários processos e respetiva avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Construção de modelos de deteção e prevenção de Fraude:
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

02.13 Margem de Solvência

O cálculo da Solvência Corrigida ao nível da sociedade gestora de participações no setor de seguros é efetuado pelo método baseado na consolidação contabilística. A cobertura da Margem de Solvência, é 2,31 (2012: 2,40) vezes superior ao necessário, representando este rácio um superavit de 35,75 Milhões de Euros (2012: 41 Milhões de Euros). Na VICTORIA-Seguros, S.A., a Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,35 (2012: 2,53). Na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., a Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,31 (2012: 2,27).

02.14 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

02.15 Resultado do Exercício

preparação da VICTORIA para o Solvência II, em particular O resultado do exercício líquido de impostos da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., é de EUR – 70.263 (EUR 2012: EUR - 422.894).

> O resultado da conta técnico do seguro de vida é de EUR -32.356 (2012: EUR 485.332). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 296.111 (2012: EUR 114.226).

> O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR -6.045.422 (2012: EUR - 7.293.007). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR - 5.274.117 (2012: EUR-9.290.324).

O resultado da consolidação contabilística efetuada é de EUR - 4.811.111 (2012: EUR - 9.655.609).

2.16 Consolidação dos Resultados

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

02.17 Considerações Finais e Previsões para o Ano 2014

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços atingiu em Janeiro o valor de EUR 17.100.355 (2013: EUR 19.228.209), o que representa uma quebra de 11,1% (2013: -2,6%).

No Ano 2014, e continuando com a consolidação das bases

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

lançadas em 2012, perspetiva-se o regresso aos resultados positivos, atingindo os níveis adequados de solvência.

Posicionamento da VICTORIA

Prosseguimos com a firme vontade de desenvolver, mais profundamente, os conceitos estratégicos que marcaram os últimos dois anos da nossa Empresa, isto é, uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, uma oferta diferenciada de produto, um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta.

Iremos fortalecer a filosofia de produtos com estrutura modular e multirramo, a aposta na distribuição especializada, a cooperação com a Império Assurances e a exploração, junto dos parceiros preferenciais, de formas alternativas de retenção e crescimento rentáveis. Continuaremos atentos à evolução do mercado e a procurar trazer inovação a e para segmentos específicos do mesmo, consolidando o nosso saber-fazer nalgumas áreas de referência.

Modelo de gestão

Vamos durante o ano implementar as novas estruturas regionais de marketing e empresas – derivadas do modelo de distribuição adoptado em 2013 – e explorar outras formas de venda. Igualmente, vamos dar os passos para pôr a funcionar o novo processo de cotações, com o propósito de elevar a eficiência na gestão do negócio. Continuaremos a investir no desenvolvimento dos portais VICTORIA, na melhoria da qualidade de dados e na optimização de processos. Finalmente, iremos desenvolver e implementar

as ferramentas inerentes ao ORSA e ao projeto de Solvência II.

Cultura organizacional

O grande desafio de 2014 será implementar uma cultura transversal de gestão de projetos, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, no intuito de avançarmos como uma organização mais eficiente.

A formação continua a ser um eixo estratégico de desenvolvimento da Empresa, pelo que iremos reforçar as ações tendentes à potenciação das capacidades dos nossos recursos. Da mesma forma, queremos fortalecer a organização das ações de Responsabilidade Social interna.

Por outro lado, e pelo terceiro ano consecutivo, mantemos como lema da organização:

Todos vendemos na VICTORIA

Mais uma vez, precisamos de que todos os que fazem parte do Grupo VICTORIA aprofundem os valores de rigor, honestidade, clareza, proximidade e humildade que nos trouxeram até hoje. Trabalhando juntos teremos a motivação e o vigor para levarmos em frente este grande desafio.

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

02.18 Considerações Finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 17 de Março de 2014

O Conselho de Administração



02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO & CONTAS **2013**

01 RELATÓRIO

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	VALOR BRUTO AGREGADO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9.124.194		9.124.194	12.380.912
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.180.541		3.180.541	2.943.383
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	43.584.345		43.584.345	55.140.800
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	15.512.507		15.512.507	5.842.977
	Títulos de dívida	28.071.838		28.071.838	49.297.823
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	281.531.040	490.629	281.040.411	269.279.733
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	37.216.854	490.629	36.726.225	18.480.573
	Títulos de dívida	244.314.186		244.314.186	250.799.160
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	1.676.935	-	1.676.935	30.257.261
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	954.089		954.089	29.377.316
	Empréstimos concedidos	722.846		722.846	879.945

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA **CONSOLIDADA**

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2013 E 31.12.2012 (CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	VALOR BRUTO AGREGADO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter à maturidade				
2	Terrenos e edifícios	27.617.958	43.837	27.574.121	27.596.040
	Terrenos e edifícios de uso próprio	2.444.050	43.837	2.400.213	2.422.132
	Terrenos e edifícios de rendimento	25.173.908		25.173.908	25.173.908
8	Outros Ativos tangíveis	9.041.873	8.002.971	1.038.902	966.176
8	Inventários	56.239		56.239	72.091
	Goodwill				
9	Outros Ativos intangíveis	20.729.606	17.247.507	3.482.099	2.921.711
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	14.565.745	-	14.565.745	15.750.727
	Provisões para prémios não adquiridos	6.465.748		6.465.748	7.809.672
	Provisões matemática do ramo vida				
	Provisões para sinistros	8.099.997		8.099.997	7.941.055
	Provisões para participação nos resultados				
	Provisões para compromissos de taxa				
	Provisões para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
11	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benef. de longo prazo	1.771.137		1.771.137	1.792.295
10	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19.935.076	1.669.874	18.265.202	15.943.412

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT) (UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	VALOR BRUTO AGREGADO	IMPARIDADE, DEPRECIAÇÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Contas a receber por operações de seguro direto	13.836.390	1.027.391	12.808.999	13.441.629
	Contas a receber por outras operações de resseguro	2.480.526		2.480.526	780.071
	Contas a receber por outras operações	3.618.160	642.483	2.975.677	1.721.712
	Ativos por impostos	2.737.905	-	2.737.905	1.648.041
	Ativos por impostos correntes	1.110.840		1.110.840	599.381
12	Ativos por impostos diferidos	1.627.065		1.627.065	1.048.660
16	Acréscimos e diferimentos	277.831		277.831	153.672
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e uindades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	435.830.425	27.454.818	408.375.607	436.846.254

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO		
13	Provisões técnicas	272.233.229	282.770.771
	Provisão para prémios não adquiridos	17.471.747	18.982.292
	Provisão matemática do ramo vida	172.138.019	177.214.981
	Provisão para sinistros	61.218.105	65.154.677
	De vida	7.094.431	7.571.636
	De acidentes de trabalho	25.674.359	27.043.868
	De outros ramos	28.449.315	30.539.173
	Provisão para participação nos resultados	6.627.485	8.196.821
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	1.305.978	1.941.420
	Provisão para participação nos resultados atribuída	5.321.507	6.255.401
	Provisão para compromissos de taxa	2.960.725	2.489.132
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.559.379	4.338.425
	Provisão para riscos em curso	7.257.769	6.394.443
	Outras provisões técnicas		
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	45.701.461	55.924.406
	Outros passivos financeiros	23.916	27.674
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	23.916	27.674
	Outros		

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO **BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2013 E 31.12.2012**

CONT)		(L	JNIDADE: EUROS)
NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	419.323	457.980
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.601.801	9.181.443
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.131.757	5.182.370
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.369.326	1.318.770
	Contas a pagar por outras operações	2.100.718	2.680.303
	Passivos por impostos	3.294.894	5.438.632
	Passivos por impostos correntes	3.030.231	5.266.183
12	Passivos por impostos diferidos	264.663	172.449
16	Acréscimos e diferimentos	7.708.059	6.682.102
	Outras Provisões	3.588.992	3.148.785
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	341.571.675	363.631.793
	CAPITAL PRÓPRIO		
	Capital	54.500.000	54.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	7.743.051	9.987.805
	Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros	7.582.987	9.838.381
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	160.064	149.424
	Por revalorização de Ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros Ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT)		((JNIDADE: EUROS)
NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.030.513)	(2.646.768)
	Outras Reservas	45.999.640	45.970.559
	Resultados Transitados	(34.597.135)	(24.941.526)
	Resultado do exercício	(4.811.111)	(9.655.609)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	66.803.932	73.214.461
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	408.375.607	436.846.254

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(UNIDADE: EUROS)

ou como contratos de prestação de serviços 22 Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.805) Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860) Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	ADO ANTERIOR .826 83.596.774 .022 115.443.133 .505) (37.173.194) .233 2.338.604 .924) 2.988.231 .811 891.377 .80 (78.424.393)
Prémios adquiridos líquidos de resseguro 34.950.911 45.700.915 80.65 20 Prémios brutos emitidos 38.406.287 79.472.735 117.87 Prémios de resseguro cedido (3.331.041) (34.276.464) (37.607 Provisão para prémios não adquiridos (variação) (124.335) 1.848.568 1.72 Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) (1.343.924) (1.343.924) (1.343.924) Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços 702.811 - 70 22 Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.809 Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860 Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351 Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	.826 83.596.774 .022 115.443.133 505) (37.173.194) .233 2.338.604 924) 2.988.231 .811 891.377 180) (78.424.393)
20 Prémios brutos emitidos 38.406.287 79.472.735 117.87 Prémios de resseguro cedido (3.331.041) (34.276.464) (37.607) Provisão para prémios não adquiridos (variação) (124.335) 1.848.568 1.72 Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) (1.343.924) (1.343.924) (1.343.924) Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços 702.811 - 70 22 Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.805) Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860) Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	.022 115.443.133 505) (37.173.194) .233 2.338.604 924) 2.988.231 .811 891.377 180) (78.424.393)
Prémios de resseguro cedido (3.331.041) (34.276.464) (37.607) Provisão para prémios não adquiridos (variação) (124.335) 1.848.568 1.72 Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) (1.343.924) (1.343.924) (1.343.924) Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços 702.811 - 70 22 Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.805) Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860) Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	(37.173.194) .233
Provisão para prémios não adquiridos (variação) (124.335) 1.848.568 1.72 Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) (1.343.924) (1.343.924) Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.805) Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860) Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	.233 2.338.604 924) 2.988.231 .811 891.377 180) (78.424.393)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.805) Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860) Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	2.988.231 .811 891.377 180) (78.424.393)
resseguradores (variação) (1.343.924)	.811 891.377 180) (78.424.393)
21 para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços 702.811 - 70 22 Custos com sinistros, líquidos de resseguro (36.432.285) (33.376.895) (69.809 Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860 Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351 Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	180) (78.424.393)
Montantes pagos (37.005.513) (36.855.320) (73.860) Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	, , ,
Montantes brutos (37.311.701) (57.039.801) (94.351) Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	
Parte dos resseguradores 306.188 20.184.481 20.49	833) (79.286.440)
	(98.623.681)
Provisão para sinistros (variação) 573.228 3.478.425 4.05	.669 19.337.241
	.653 862.047
Montantes brutos 477.205 3.415.507 3.89	.712 (2.455.763)
Parte dos resseguradores 96.023 62.918 15	.941 3.317.810
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (471.592) (1.084.280) (1.555	872) 1.919.176
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro 5.752.378 5.75	.378 9.325.725
Montantes brutos 5.752.378 5.75	.378 9.325.725
Parte dos resseguradores	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro (1.077.899) (2.376) (1.080	275) (1.506.385)
Custos e gastos de exploração líquidos (8.397.237) (17.397.290) (25.794)	527) (27.827.946)
Custos de aquisição (3.319.246) (16.662.226) (19.981	
Custos de aquisição diferidos (variação) (481.004) (227.328) (708	472) (19.231.015)

EVERCÍCIO CONSOLIRADO

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT) (UNIDADE: EUROS)

		EXE	RCÍCIO CONSOLIDAI)()		
NOTAS DO ANEXO	CONTAS DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICA VIDA	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Gastos administrativos	(5.794.947)	(8.076.281)		(13.871.228)	(15.097.298)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.197.960	7.568.545		8.766.505	7.477.954
23	Rendimentos	7.172.747	489.189	25.683	7.687.619	9.306.626
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.929.526	489.189	25.683	7.444.398	8.762.696
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					-
	Outros	243.221	-	-	243.221	543.930
24	Gastos financeiros	(385.191)	(225.751)	(9.763)	(620.705)	(626.726)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	Outros	(385.191)	(225.751)	(9.763)	(620.705)	(626.726)
25	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	781.213	580.806	289.284	1.651.303	214.078
	De ativos disponíveis para venda	781.213	580.806	289.284	1.651.303	308.215
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros					(94.137)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.082.320)		_	(2.082.320)	(2.799.989)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.082.320)	-	-	(2.082.320)	(2.799.989)

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT) (UNIDADE: EUROS)

		EXE				
NOTAS DO	CONTAS DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICA	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ANEXO		VIDA	NAU VIDA	NAU TECNICA	CONSOLIDADO	ANTERIOR
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
27	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(170.143)	-	(37.318)	(207.461)	(399.630)
	De ativos disponíveis para venda	(170.143)	-	(37.318)	(207.461)	(399.630)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(12.182)	16.135	_	3.953	121.217
29	Outras provisões (variação)			(637.723)	(637.723)	(1.123.320)
30	Outros rendimentos/gastos			(932.069)	(932.069)	(766.336)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas			-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			237.158	237.158	(56.617)
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	331.211	(5.299.547)	(1.064.748)	(6.033.084)	(8.156.369)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(444.326)	(444.326)	(815.687)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			1.666.299	1.666.299	(683.553)
	RESULTADO LÍQUIDO DE IMPOSTOS	331.211	(5.299.547)	157.225	(4.811.111)	(9.655.609)

(UNIDADE: FUROS)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

		(UNIDADE: EUROS)
BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Resultado líquido do exercício	(4.811.111)	(9.655.609)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros disponiveis para venda		-
Por via de valorizações/desvalorizações	(2.407.383)	10.908.490
Por via de alienações	(472.813)	1.104.416
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	(1.076.947)
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	635.442	(1.922.466)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	616.255	(2.388.574)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	29.081	(129.923)
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	(189.258)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	(6.410.529)	(3.349.871)

(UNIDADE: EUROS)

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
1. FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos:	449.202.062	604.756.443
Clientes (prémios recebidos)	112.997.164	114.212.406
Venda/amortização de Ativos financeiros (Inv)	330.078.794	409.686.290
Juros e dividendos (Inv)	12.572	77.957.747
Recebimentos de taxas e impostos	-	-
Regularização c/c Seguradoras	6.113.532	2.900.000
Pagamentos:	(450.851.757)	(629.981.559)
Clientes (sinistros & estornos)	92.661.564	97.681.598
Comissões	5.818.848	5.506.600
Resseguradores	8.425.236	8.968.574
Outros prestadores	742.949	3.676.928
Fornecedores diversos	48.346.329	16.584.365
Pagamentos a colabores	7.416.590	7.895.168
Compra de Ativos financeiros (Inv)	263.364.065	469.213.264
Pagamento de taxas e impostos	17.678.609	17.147.558
Despesas de Viagem	272.517	395.754
Fundo Fixo Caixa	11.518	11.750
Regularização c/c Seguradoras	6.113.532	2.900.000
	(1.649.695)	(25.225.116)
2. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		19.174
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)		
Imobilizações corpóreas (alienação)	_	-

(UNIDADE: FUROS)

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

(CONT)

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT)		(UNIDADE: EURO
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.		19.174
Dividendos de participações		
Pagamentos:	(1.607.023)	(910.775)
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)		
Imobilizações corpóreas (aquisição)	542.448	114.088
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.064.575	796.687
	(1.607.023)	(891.601)
3. FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos:		31.008.000
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)		-
Aumentos de Capital		31.008.000
Doações		
Pagamentos:		
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)		
Amort. De contratos de locação financeira		
Dividendos		
		31.008.000
4. =1+2+3 TOTAL FLUXO DE CAIXA	(3.256.718)	4.891.283
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.380.912	7.489.629
Caixa e seus equivalentes no final do período	9.124.194	12.380.912

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

		RESERVAS DE RI	EAVALIAÇÃO		C	UTRAS RESERVAS				
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEI- ROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Balanço a 31 de Dezembro de 2011	37.500.000	(287.040)	1.261.352	(258.194)	1.121.630	30.984.014	(13.162)	(9.359.538)	(15.392.730)	45.556.332
Aumentos/reduções de capital	17.000.000					14.008.000				31.008.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros disponíveis para venda	-	12.012.906	-		-	-	-	-	-	12.012.906
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edíficios de uso próprio	-	-	(1.076.947)							(1.076.947
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		(1.887.485)	(34.981)							(1.922.466
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(2.388.574)	-	-	-	-	-	(2.388.574
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(15.392.730)	15.392.730	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-			
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(129.923)	(189.258)	-	(319.181
Transf ^a entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-				-					
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.655.609)	(9.655.609
Balanço a 31 de Dezembro 2012	54.500.000	9.838.381	149.424	(2.646.768)	1.121.630	44.992.014	(143.085)	(24.941.526)	(9.655.609)	73.214.461

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

		RESERVAS DE RE	AVALIAÇÃO		0	UTRAS RESERVAS				
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEI- ROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAI
Balanço a 31 de Dezembro de 2012	54.500.000	9.838.381	149.424	(2.646.768)	1.121.630	44.992.014	(143.085)	(24.941.526)	(9.655.609)	73.214.46
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(2.880.196)	-		-	-	-	-	-	(2.880.196)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edíficios de uso próprio	-	-	-							-
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		624.802	10.640							635.442
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	616.255	-	-	-	-	-	616.255
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(9.655.609)	9.655.609	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-			-
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	29.081	-	-	29.081
Transfa entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-				-					-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.811.111)	(4.811.111)
Balanço a 31 de Dezembro 2013	54.500.000	7.582.987	160.064	(2.030.513)	1.121.630	44.992.014	(114.004)	(34.597.135)	(4.811.111)	66.803.932

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ÍNDICE

I) Introdução

II) Informação por Segmentos

IIII) Políticas Contabilísticas

IV) Gestão de Riscos

V) Notas ao Balanço

- NOTA 1 Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 Investimentos em Associadas
- NOTA 4 Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 5 Ativos disponíveis para venda
- NOTA 6 Empréstimos e contas a receber
- NOTA 7 Afetação dos investimentos
- NOTA 8 Outros ativos tangíveis e inventários
- NOTA 9 Outros ativos intangíveis
- NOTA 10 Outros devedores por operações de seguros e outras operações

- NOTA 11 Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 12 Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 13 Provisões Técnicas
- NOTA 14 Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 15 Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 16 Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 17 Capital Próprio
- NOTA 18 Transações entre partes relacionadas
- NOTA 19 Elementos extra patrimoniais

VI) Notas à Demonstração de Resultados

- NOTA 20 Prémios de contratos de seguro
- NOTA 21 Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
- NOTA 22 Custos com sinistros
- NOTA 23 Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 24 Gastos Financeiros
- NOTA 25 Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 26 Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
- NOTA 27 Perdas de Imparidades
- NOTA 28 Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 Gastos diversos por função
- NOTA 32 Gastos com o pessoal

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

- VII) Eventos subsequentes à data de encerramento
- VIII) Justo valor de Ativos e passivos financeiros
- IV) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas
- X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- INTRODUÇÃO

Por escritura pública de 29 de Outubro de 2002, a VICTORIA – Seguros, S.A., constituída em 1994, alterou a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. ("VICTORIA" ou "Grupo" e o seu objeto social para o de uma sociedade gestora de participações sociais. Nessa mesma data, constituiu uma nova empresa de seguros, que adota a sua anterior firma VICTORIA - Seguros, S.A., pela transferência dos ativos e passivos relacionados com a atividade de seguros dos ramos não vida que exerceu até essa data.

No dia 29 de Dezembro de 2011, o Grupo SMABTP formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de Setembro de 2011 e foi aprovada no início de Dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMABTP concentra a sua atividade no setor da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais. O Grupo SMABTP, fundado em 1859, conta com 2.800 colaboradores. Em 2010, apresentava capitais próprios no valor de 2,1 mil milhões de euros e detinha 17 mil milhões de euros de ativos sob gestão.

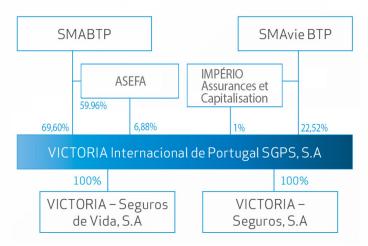
O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio

Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1972, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.

A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

• Estrutura do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2013 incluem as contas da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias, de acordo com a estrutura que abaixo se apresenta:



(UNIDADES: FUROS)

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, e relativamente

aos contratos de seguros e contratos, é analisado como segue:

						(ON	IDADES: EUROS)
2013	VIDA	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	38.406.287	79.472.735	28.617.984	17.208.052	15.657.047	11.486.196	6.503.456
Prémios de resseguro cedido	(3.331.041)	(34.276.464)	(13.999.442)	(12.539.894)	(1.623.497)	(2.557.342)	(3.556.289)
Prémios brutos adquiridos	38.281.952	81.321.303	28.985.796	17.878.886	16.377.440	11.771.540	6.307.641
Resultados dos investimentos	5.305.520	841.875	117.692	169.203	167.468	344.374	43.139
Custos com sinistros brutos	(36.838.729)	(53.624.294)	(24.795.373)	(9.599.786)	(9.552.605)	(6.819.745)	(2.856.785)
Custos de exploração brutos	(9.778.190)	(24.965.835)	(8.534.903)	(5.332.590)	(5.361.845)	(3.607.659)	(2.128.837)
Resultado técnico	139.688	(5.299.547)	(4.555.033)	(2.050.376)	966.684	217.338	121.840
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	211.796.610	87.228.160	13.871.949	19.300.560	19.528.010	29.672.242	4.855.400
Provisões técnicas	189.714.894	82.518.335	13.050.577	18.157.754	18.371.736	28.370.362	4.567.906

(UNIDADES: EUROS)

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

						(0	DNDES. EGITOS)
2012	VIDA	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	34.820.508	80.622.625	25.977.521	18.397.975	17.360.874	13.465.352	5.420.903
Prémios de resseguro cedido	(3.236.812)	(33.936.382)	(14.962.310)	(12.068.667)	(1.875.802)	(2.631.249)	(2.398.354)
Prémios brutos adquiridos	34.910.804	82.870.933	25.855.041	19.256.628	18.531.994	13.882.046	5.345.224
Resultados dos investimentos	4.745.827	869.667	128.220	241.280	254.976	193.865	51.325
Custos com sinistros brutos	(36.307.935)	(64.771.509)	(20.640.015)	(15.358.891)	(13.999.496)	(12.027.305)	(2.745.801)
Custos de exploração brutos	(9.859.619)	(26.004.165)	(7.374.187)	(5.791.007)	(6.212.804)	(5.030.829)	(1.595.337)
Resultado técnico	657.375	(6.946.336)	(1.410.024)	(1.215.720)	(2.212.792)	(2.623.437)	515.637
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	226.402.944	89.372.262	10.144.227	19.852.381	22.252.431	33.320.562	3.802.661
Provisões técnicas	196.237.178	86.533.593	10.154.452	19.872.390	22.274.859	30.425.397	3.806.493

III - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07"), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4, em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma

Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2013 a VICTORIA adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor, dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado, ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento classificados ao justo valor através de resultados. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 17 de Março de 2014.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na seção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da VICTORIA ("Grupo"), é composta pelas demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras das suas subsidiárias VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A.. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controlados nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2013 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são apresentadas na Nota I.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e Transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica de Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

01 DELATÓRIO

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Para os contratos de seguro enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atuarial das responsabilidades futuras do Grupo, após dedução do valor atuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas. Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

i) Provisão para prémios não adquiridos

Para o Ramo Vida, e de acordo com o disposto no decretolei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. Para estes seguros e para os restantes seguros do Ramo Não Vida, a provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método "pro-rata temporis" por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros, para o Ramo não Vida, corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data: e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

iii) Provisão para participação nos Resultados

Para o Ramo não Vida, esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expetativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações

v) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo fato dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo fato dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse fato, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e Transações relacionadas com contratos de seguro e outras Transações.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais

associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de Transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas. A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos Ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável; A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

- I Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

- I Determinação dos Ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II Análise casuística de cada uma das obrigações que

cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
 - f) Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento. Assim, e pelo fato de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Ativos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo
Máquinas e ferramentas
Equipamento informático
Instalações interiores
12,5% a 25%
25% e 33%
10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos Ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expetativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não

haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As Transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a

estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- Para os colaboradores dos Associados na situação de Ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos nas Companhias do Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3)

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva

é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de Ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

- I Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
- II Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- I Determinação dos Ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;
- II Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da VICTORIA.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeita ao pagamento de impostos

sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

decisões e objetivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos. De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos os colaboradores. Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação. No âmbito da estratégia deve-se também realçar a importância dada pela organização ao Projecto Solvência II, nomeadamente numa gestão assente no conhecimento dos riscos, tendo durante o ano 2013 desenvolvido atividades que visam garantir colmatar possíveis gaps que possam existir, quer para responder à fase de transição (2014 -2015), como para a implementação total deste novo regime a partir de 2016.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao risco de perdas originadas pelo declínio de imagem. Alguns indicadores analisados de forma a medir e mitigar este risco têm sido:

- Relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta;
- Análise e acompanhamento das campanhas efetuadas, a nível de mediação e clientes, pela Direção de Marketing e respetiva área Técnica, tendo em conta os objetivos inicialmente previstos versus os atingidos.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros:
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.
- Nos Ramos Não Vida o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das diretrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas de acordo com a procura de mercado dentro dos necessários critérios de prudência técnica.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição. As normas de aceitação foram revistas em 2010 e dependem essencialmente dos fatores idade das possíveis pessoas seguras e capitais a segurar. Estas normas têm em conta a experiência da VICTORIA Vida e estão de acordo com as indicações dos resseguradores. A VICTORIA Vida dispõe ainda, para a avaliação de riscos médicos, de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clinica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

Para o Ramo Não Vida, a prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expetável. A adequabilidade do pricing é testada por análises periódicas aos resultados

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

da carteira, bem como através de várias análises aos rácios combinados das carteiras existentes.

Entre os vários fatores influenciadores do preço destacamse os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento no Ramo Vida

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Provisionamento nos Ramos Não Vida

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento. Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios de exceção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O resseguro existente nas Companhias do Grupo tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
RAMO VIDA			
Vida Individual	Surplus	100	1.200
Vida Grupo	Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300	8.100
RAMOS NÃO VIDA			
Incêndio e outros danos (including Engineering)	First Surplus	500	18.000
	Quota Share	250	500
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	5.000	125.000
		1:	20.000. xs 5.000
Automóvel	Excess of Loss	500	50.000
			49.500. xs 500
Marítimo, aéreo e transportes	Quota Share	300	600
	Excess of Loss per event	600	1.200
			12.600 xs 500
Acidentes Pessoais	Quota Share	250	500
	Excess of Loss per event	500	9.000
			8.500 xs 500
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400	7.000
			6.600 xs 400
Responsabilidade Civil	Quota Share	200	400
	Excess of Loss	400	3.000
			2.600 xs 400

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

500	
12.000	
11.500 xs 500	
25.000	
7.500	
5.500 xs 2.000	
000 40.000	
00 16.000	
12.000 xs 4.000	
00	5.500 xs 2.000 00 40.000 0 16.000

Quadro 1 (valores em milhares de Euros)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

	PRÉMIOS 2013			PRÉMIOS :			
RAMOS	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO	
Ramo Vida							
Vida Individual	28.196	330	27.866	24.359	270	24.089	
Vida Grupo	10.210	3.001	7.210	10.461	2.967	7.494	
TOTAL RAMO VIDA	38.406	3.331	35.075	34.820	3.237	31.583	
Ramos Não Vida							
Doença	28.618	13.999	14.619	25.978	14.962	11.015	
Incêndio e outros danos	17.208	12.540	4.668	18.398	12.069	6.329	
Automóvel	15.657	1.623	14.034	17.361	1.876	15.485	
Acidentes	11.486	2.557	8.929	13.465	2.631	10.834	
Maritimo, aéreo e transportes	5.111	2.719	2.391	4.496	2.093	2.403	
Diversos	1.393	837	556	925	305	620	
TOTAL RAMO NÃO VIDA	79.473	34.276	45.196	80.623	33.936	46.686	

Quadro 2 (valores em milhares de euros)

Obs.: Estes valores não incluem os contratos de Investimento no ramo Vida, nem os contratos de prestação de serviços para o ramo Doença, classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFOR

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Risco de prémios

O risco de prémios para os ramos Não Vida está associado ao fato da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado e de despesas, por linha de negócio:

	2012	2011
Prémios Brutos Emitidos		
Doença	28.618	25.978
Incêndio e outros danos	17.208	18.398
Automóvel	15.657	17.361
Acidentes	11.486	13.465
Marítimo, aéreo e transportes	5.111	4.496
Diversos e RC	1.393	925
Rácio de Sinistralidade		
Doença	85,7%	79,9%
Incêndio e outros danos	53,9%	79,8%
Automóvel	58,5%	75,7%
Acidentes	58,0%	86,7%
Marítimo, aéreo e transportes	52,8%	42,4%
Diversos e RC	15,3%	99,0%
Rácio de Despesas Gerais		
Doença	19,8%	17,5%
Incêndio e outros danos	21,2%	19,4%
Automóvel	25,7%	26,0%

(cont.)	2012	2011		
Acidentes	22,1%	25,1%		
Marítimo, aéreo e transportes	14,5%	12,6%		
Diversos e RC	49,9%	40,2%		
Rácio Combinado				
Doença	115,8%	108,1%		
Incêndio e outros danos	84,4%	109,6%		
Automóvel	92,1%	108,8%		
Acidentes	89,4%	122,6%		
Marítimo, aéreo e transportes	80,6%	67,5%		
Diversos e RC	77,2%	152,1%		
Rácio Combinado Liquido				
Doença	122,8%	106,8%		
Incêndio e outros danos	134,5%	114,0%		
Automóvel	102,5%	123,0%		
Acidentes	107,7%	145,2%		
Marítimo, aéreo e transportes	85,7%	55,6%		
Diversos e RC	111,5%	151,7%		

(valores em milhares de euros)

Obs.: Os valores, no que diz respeito ao ramo Doença, não incluem os prémios referentes a contratos de prestação de serviços para efeitos contabilísticos.

Relativamente ao rácio combinado líquido, verifica-se um decréscimo para os ramos Automóvel, Acidentes e Diversos e RC. Por outro lado, em Incêndio e Outros Danos deve-se ter em conta a ocorrência de alguns sinistros originados por fatores climatéricos em 2013.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida seguem princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada três a quatro vezes por ano através da aplicação de modelos determinísticos. Os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da Companhia.

Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Atuário Responsável, de 31 de Dezembro de 2013, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

TOTAIS REAIS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estimativa acumulada dos sinistros													
No final do ano de constituição	19.052	19.107	20.746	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208	32.869	26.689
Um ano depois	18.217	18.758	20.510	23.558	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265	46.584	32.419	
Dois anos depois	17.883	18.333	20.018	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809	54.807	47.178		
Três anos depois	17.509	18.301	20.145	22.566	23.902	29.070	26.199	30.594	35.756	54.508			
Quatro anos depois	17.319	18.254	20.263	22.806	23.600	28.465	26.350	30.723	36.113				
Cinco anos depois	17.360	18.271	19.991	22.696	23.193	28.427	26.223	30.750					
Seis anos depois	17.298	18.126	19.884	2.646	23.196	27.761	26.227						
Sete anos depois	17.267	18.159	19.768	22.500	23.213	27.708							
Oito anos depois	17.075	18.078	19.808	22.550	22.747								
Nove anos depois	17.328	18.417	19.860	22.712									
Dez anos depois	16.946	18.174	19.635										
Onze anos depois	16.993	18.173											
Doze anos depois	17.005												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	17.005	18.173	19.635	22.712	22.747	27.708	26.227	30.750	36.113	54.508	47.178	32.419	26.689
Pagamentos acumulados até 31/12/13	16.946	17.125	19.488	22.491	22.635	27.011	25.843	29.793	35.032	52.773	44.290	30.102	17.731
Provisão para sinistros	59	1.047	146	221	112	698	384	957	1.081	1.735	2.888	2.317	8.958
Provisão para Sinistros a 31-12-2013 na matriz							20.605						
	Provisão para Sinistros a 31-12-2013 de anos anteriores a 2001						2001		224				
				то	TAL PRO	VISÃO P	ARA SIN	ISTROS	A 31-12-	2013			20.829

VALORES EM MILHARES DE EUROS

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Pode-se constatar pelo desenvolvimento da estimativa do custo com sinistros constituída no final de cada ano que na generalidade dos exercícios se verifica um run-off positivo. Este comportamento é validado pelos resultados das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao custo de encerramento. Trimestralmente são ainda elaboradas análises com o objetivo de estudar o comportamento do custo com sinistros para o ramo Automóvel.

Riscos biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

No Ramo Vida o risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira de Vida.

PRODUTOS	CARACTERÍSTICAS	RISCOS				
Seguros de	Contratos com beneficio em	Aumento da Mortalidade				
Risco	caso de morte	Crescimento dos custos com				
	Sem possibilidade de	sinistros				
	ajustamento do prémio					
Mistos	Beneficio em caso de morte	Aumento da Mortalidade				
	Beneficio em caso de vida	Crescimento dos custos com				
	Sem possibilidade de	sinistros				
	ajustamento do prémio					
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade				
		Aumento da duração dos				
		pagamentos				
Invalidez	Beneficio em caso de	Aumento das taxas de				
	invalidez	invalidez				
		Crescimento dos custos com				
		sinistros				

Quadro 5

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da carteira de Vida aos riscos biométricos é efetuada através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado. Este acompanhamento é efetuado com periodicidade anual.

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, anualmente é efetuado o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

PRODUTOS	PROVISÃO ADICIONAL 2013	PROVISÃO ADICIONAL 2012
Mistos Individual	245	823
Temporários Individual	-	-
Mistos Grupo	216	108
Temporário Anual Renovável	-	-
Rendas	-	-
Financeiros	6.867	5.593
Total	7.328	6.524

(valores em milhares de euros)

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 4.367.873) e em provisão

para compromisso de taxa (Euros 2.960.725). Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de Euros 471.593 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou um aumento de Euros 333.122.

Este aumento resultou essencialmente das alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Vida e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos das Companhias.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no pricing e provisionamento dos produtos.

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA Vida limita a sua exposição a este risco.

Nos Ramos Não Vida os sinistros catastróficos caracterizamse pela sua baixa frequência e grande severidade. Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco Especifico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos no Ramo Vida é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adqueacy Test - LAT), com

pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

O quadro seguinte apresenta o impacto no valor atual dos lucros futuros, em relação à melhor estimativa apurada, tendo em conta as análises de sensibilidade efetuadas para as carteiras de 2013 e 2012:

		IMPACTO N ATUAL DOS		
	CHOQUE	2013	2012	
Mortalidade	Aumento permanente das taxas	-4,73%	-4,08%	
Wioi tailuaue	de mortalidade em 15%	-4,7370	-4,0670	
Londevidade	Decréscimo permanente de 20%	4,33%	2,78%	
Londevidade	bas taxas de mortalidade	4,33%	2,78%	
Descontinuidade	Aumento permanente de 50% na	-25,89%	-35,98%	
Descontinuidade	estimativa de descontinuidade	-23,09%	33,90 /0	
	Aumento de 10% no valor das			
Despesas	despesas + aumento de 1% na	-18,36%	-23,24%	
	taxa da inflação	-10,30%	-23,2470	
	Decréscimo permanente			
	de 100 bp na estimativa de	-57,92%	-82,46%	
Rentabilidade	rentabilidades futuras			
Kentabilidade	Aumento permanente de 100 bp			
	na estimativa de rentabilidades		68,49%	
	futuras			

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

Em ambos os anos verifica-se um comportamento idêntico a nível de exposição aos choques efetuados, sendo o mais sensível o da rentabilidade. Algumas das diferenças entre os impactos relativamente à melhor estimativa do valor atual dos lucros futuros estão relacionadas com alteração/atualização de alguns pressupostos, como taxas de desconto, imputação de despesas e estrutura da carteira.

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões nos Ramos Não Vida é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco. No que diz respeito especificamente ao risco de mortalidade, através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMABTP, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMABTP. Em 2013 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada

consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de ativos:

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

						(Un: Euros
					VALOR DE E	BALANÇO
2013		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	TOTAL	JUROS ACRUADOS
TÍTULOS EMP GRUPO NÃO INCLUIDAS CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS	5					
Nacionais						
Partes de capital em empresas associadas		600.000		3.000.000	3.180.541	
SUB-T	ΓΟΤΑL	600.000		3.000.000	3.180.541	-
OUTROS TÍTULOS						
Nacionais						
Títulos de rendimento fixo						
De dívida pública			1.838.701	1.824.369	1.814.049	44.141
De outros emissores públicos						
De outros emissores			2.501.222	2.503.903	2.536.985	63.373
SUB-	TOTAL		4.339.923	4.328.272	4.351.034	107.514
Títulos de rendimento variável						
Ações		2.000		11.046	11.180	
Títulos de participação						
Unidades de participação em fundos de investim	ento			2.587.168	2.674.067	
Outros		683.800				
	TOTAL	685.800	-	2.598.214	2.685.247	0
	TOTAL	685.800	4.339.923	6.926.486	7.036.281	107.514
Estrangeiros						
Títulos de rendimento fixo						
De dívida pública			76.645.000	78.784.826	82.824.975	1.515.243
De outros emissores públicos			51.920.000	52.345.592	53.149.253	234.198
De outros emissores			124.970.000	125.321.635	129.266.312	937.495
SUB-	TOTAL		253.535.000	256.452.053	265.240.540	2.686.936
Títulos de rendimento variável						

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(continuação) (Un: Euros)

					VALOR DE	BALANÇO
2013		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	TOTAL	JUROS ACRUADOS
Ações						
Títulos de participação		38.151		49.493.820	49.553.485	
Unidades de participação em fundos d	le investimento					
Outros		38.151	-	49.493.820	49.553.485	
	SUB-TOTAL	38.151	253.535.000	305.945.873	314.794.025	2.686.936
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER						
Empréstimos concedidos					721.021	1.825
Depósitos a prazo					953.879	210
	SUB-TOTAL				1.674.900	2.035
3 - TOTAL GERAL		1.323.951	257.874.923	315.872.359	326.685.747	2.796.485

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

					(Un: Euros)
				VALOR DE B	ALANÇO
2012	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	TOTAL	JUROS CORRIDOS
TÍTULOS EMP GRUPO NÃO INCLUIDAS CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000		
				2.943.383	
SUB-TOTAL	600.000				-
			3.000.000	2.943.383	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		1.800.000	1.810.108	1.773.275	43.489
De outros emissores públicos					
De outros emissores		2.650.474	2.509.035	2.411.415	63.349
SUB-TOTAL		4.450.474	4.319.143	4.184.690	106.838
Títulos de rendimento variável					
Ações	455.654		191.375	154.922	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.587.168	2.649.315	
Outros					
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	2.804.237	-
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		85.783.701	87.590.238	93.430.527	1.705.279
De outros emissores públicos		61.534.668	61.964.244	62.791.426	214.539
De outros emissores		131.400.000	131.487.503	136.600.362	1.063.322
SUB-TOTAL		278.718.369	281.041.985	292.822.315	2.983.140

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01 RELATÓRIO **CONSOLIDADO**

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA **CONSOLIDADA**

03 **RELATÓRIOS** DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(continuação)					(Un: Euros)	
			VALOR DE B	VALOR DE BALANÇO		
2012	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	
Títulos de rendimento variável						
Ações						
Títulos de participação						
Unidades de participação em fundos de investimento	32.616		21.422.801	21.519.313		
Outros						
SUB-TOTAL	32.616	-	21.422.801	21.519.313	-	
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER						
Empréstimos concedidos				879.134	811	
Depósitos a prazo				29.376.374	942	
SUB-TOTAL				30.255.508	1.753	
3 - TOTAL GERAL	1.772.070	283.168.843	312.562.472	354.529.446	3.091.731	

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

DEL ATÓDIO

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

CARTEIRA	ATIVOS	PROVISÕES	COBERTURA
Produtos Vida	211.796	192.272	110.15%
Uls	45.701	45.701	100,00%
Livres	3.467	n.a.	
TOTAL	260.964	237.973	109,66%

Em Dezembro de 2013 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 109,7% (2012: 111,9%).

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em Dezembro de 2013 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 117,6% (2012: 103%).

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das Transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas Transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

			(l	Jn: Euros)
RATING MÉDIO	2013	%	2012	%
AAA	77.085.018	23,4%	84.977.630	23,8%
AA	96.693.184	29,3%	110.695.257	31,0%
A	56.205.402	17,1%	57.490.400	16,1%
BBB	36.082.396	11,0%	61.831.609	17,3%
BB	2.814.103	0,9%	7.027.998	2,0%
В	7.384	0,0%	4.227	0,0%
CC	-	0,0%	0	0,0%
NR	26.016.599	7,9%	19.020.055	5,3%
Instrumentos Representativos de Capital	34.578.146	10,5%	16.574.000	4,6%
TOTAL	329.482.232	100%	357.621.177	100,0%

Durante o presente ano a crise da Dívida Soberana dos países europeus registou melhorias significativas. Apesar do pedido de ajuda da pequena economia cipriota, os prémios de risco dos países mais endividados diminuíram significativamente, tendo inclusive a Irlanda encerrado com sucesso o seu programa de ajuda. A qualidade da carteira de crédito continuou a ser elevada, uma vez que 52,7% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA (2012: 54,8%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 24,2 milhões de euros (2012: 28,8) o que corresponde a 7,4% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 3,8%; Espanha: 2,0%; Irlanda: 1,0%; Portugal: 0,6%.

Durante o exercício não foram registadas quaisquer imparidades em títulos de dívida (2012: 399 mil euros)

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO (Un: Euros)

	31 DE DEZEMBRO	DE 2013				
EMITENTE / CARTEIRA	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.814.553	1.804.128	-10.424	4%	2	100
Grécia	2	7.384	7.381	0%	29	0
Irlanda	3.002.379	3.191.605	189.226	5%	2	102
Espanha	6.005.736	6.345.300	339.564	4%	4	100
Itália	11.960.162	12.405.715	445.553	4%	4	102
	22.782.832	23.754.132	971.300	4%	3	101

(Un: Euros)

	31 DE DEZEMBRO DE 2012					
EMITENTE / CARTEIRA	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.825.549	1.790.982	-34.567	4%	3	100
Grécia	1	4.227	4.226	0%	30	0
Irlanda	3.024.183	3.130.983	106.800	5%	3	103
Espanha	6.946.033	6.888.865	-57.168	4%	4	100
Itália	18.194.832	18.438.075	243.243	4%	3	102
	29.990.598	30.253.132	262.533	4%	4	101

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, adotaram se os seguintes critérios:

- Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:
- i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;
- ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.
- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada

- à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- -As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- -Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

As principais resseguradoras da VICTORIA para o negócio Vida (Scor Global Life e Munich Re) apresentam ratings atribuídos pela S&P de A+ e AA-. No que respeita ao negócio de Não Vida, o resseguro está disperso por 28 resseguradoras, 25 com rating entre o AA+ e o A- e 3 com rating entre BBB+ e o BBB- da Standard&Poor's. Tem também a participação da SMABTP que é Not Rating. O Nat Cat está colocado em 9 resseguradores (Munich Re, Swiss Re, Hannover Re, SCOR, Trans Re, QBE, Devk, Amlin Re e Catlin Re com rating AA-, AA-, AA-, A+, A+, A+, A+, A- e A respetivamente).

Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem, ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP), relativamente aos Ramos Vida e Doença.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

				Jn: Euros)
MATURIDADES	2013	%	2012	%
< 1 ano	35.480.091	10,8%	92.437.301	25,8%
1 a 2 anos	99.921.430	30,3%	82.477.812	23,1%
3 a 5 anos	66.175.347	20,1%	74.480.538	20,8%
6 a 10 anos	57.564.950	17,5%	68.642.897	19,2%
> 10 anos	14.921.140	4,5%	12.315.696	3,4%
Instrumentos	55.419.274	16.8%	27.266.934	7.6%
Representativos de Capital	33.419.274	10,0%	27.200.934	7,0%
TOTAL GERAL	329.482.232	100%	357.621.177	100,0%

Para a carteira de Vida, a gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2014, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 29 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2013, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 32 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 3 milhões de euros.

ANÁLISE ALM PARA CASH-FLOWS EM 2014					
Cash-flows do Ativo	32.899.874				
Amortizações	27.406.880				
Juros	5.492.994				
Cash-flows do Passivo	(29.866.144)				
Prémios (negócio existente)	18.961.919				
Reembolsos	(43.553.297)				
Outros CF negativos	(5.274.767)				
MISMATCH CASH-FLOWS ATIVO / PASSIVO	3.033.730				

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Assim, o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo foi otimizado, registando uma descida de 8,6 para 5,9 milhões de euros (2,8% dos ativos da companhia). Ao longo do ano, o mercado de obrigações registou um movimento importante de normalização nos ativos de maior risco, que se traduziu num diminuição dos prémios de risco, mas também do denominado spread bid-offer . No entanto, a gestão continuou a considerar

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 22013 E 2012

o investimento em ativos de baixo risco como uma peça importante da estratégia de investimentos. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 73,7 milhões de euros (2012: 87,4), representando 32% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 63% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É ainda de referir que aproximadamente 79% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2012: 75%). Como já sucedeu em 2012, o investimento em fundos de tesouraria assumiu especial importância. A flexibilidade e liquidez deste instrumento, em conjunto com a decisão tática da gestão de ativos de proteger a carteira de ativos de um movimento de subida de juros são um dos argumentos que justificam o aumento da exposição para 27,3 milhões de euros (2012: 9,3).

Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de Contractos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2014 e anos seguintes e a respetiva carteira de ativos, são os seguintes:

		Un: Euros)
INTERVALO	RESPONSABILIDADES À DATA INCLUÍNDO CAPITALIZAÇÃO DAS TA- XAS TÉCNICAS E PRÉMIOS FUTUROS	ATIVOS (V. NOMINAL E CUPÃO ACUMULADO)
< 1 ano	12.094.670	31.822.523
1 a 2 anos	8.205.319	7.281.054
3 a 5 anos	15.942.931	8.423.788
6 a 10 anos	13.295.258	3.921.288
> 10 anos	8.289.314	684.242

Para a carteira Não Vida, a gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 12,3 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2014. Os fundos de tesouraria afiguraram-se em 2013 novamente como uma classe de ativos importantes, essencialmente devido ao posicionamento tático da gestão ativos, sendo também um instrumento flexível e adequado a uma gestão otimizada dos fluxos de tesouraria. Em 31 de Dezembro a exposição a esta classe de ativos representava 20 milhões de euros. Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis importantes (12,4 milhões de euros, representando 13,1% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 99,9% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Finlândia, França e entidades Supranacionais).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

A Companhia detinha ainda um volume em Depósitos à Ordem e a Prazo superior a 3,4 milhões de euros.

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhias.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- "Net loss limit": este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- "Risk-based capital": este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso. Este indicador, em 31 de Dezembro de 2012, apresentava

para a VICTORIA –Seguros de Vida, S.A. um valor de 26,23 milhões de euros, e um valor de 37,84 milhões de euros para a VICTORIA - Seguros, S.A., o que significa que a estratégia de investimentos implementada na VICTORIA era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 17,04.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência para o exercício findo, é de 2,30 (2012: 2,40%), representando este rácio um superavite de Euros 35.749.928 (2012: Euros 41.067.059), face aos requisitos mínimos definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Ao longo do exercício de 2013 e com periodicidade mensal, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência desta empresa de seguros. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Como objetivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus acionistas

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03 RELATÓRIOS

DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de ativos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a atividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.

A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas diretrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a acionistas, quer segurados.

A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as ações que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na otimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.

As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos. O ponto de partida é a carteira existente a 31 de Dezembro de 2013 e é composta em 89% por Obrigações e que com uma Duração Média Modificada de 2,20. Destaca-se também o peso relativo do investimento imobiliário e que ascende a 9%.

Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2013 era de 35,7 milhões de euros, o rácio de cobertura ascendia a 231%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e acionistas. A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos. O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 231% para 271% com um incremento de 10,3 milhões de euros nos capitais próprios. Esta variação é explicada em 66% pela valorização da carteira de obrigações e em 31% pelo maior valor dos investimentos em imobiliário.

No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no preço das ações. Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 15,6 milhões de euros e que se explica em 50% pelo valor dos ativos imobiliários e 43% pela quebra do valor das obrigações. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência positivo em 176%.

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo refletido:

	EXPOSIÇÃO A	DURAÇÃO	VARIAÇÕES					
RISCO	VALORES DE MERCADO	MODIFICADA	(+)	IMPACTO	(-)	IMPACTO		
Taxa de Juro	307.044.489	2,20	- 100 p.b.	6.769.932	+ 100 p.b.	(6.769.932)		
Imobiliário	31.501.883		+10%	3.150.188	-25%	(7.875.471)		
Ações	3.336.033		+10%	333.603	-30%	(1.000.810)		
Impacto nos Capitais Próprios (*)				10.253.724		(15.646.213)		
Margem de Solvência				271%		176%		

^(*) Impacto nos capitais próprios, assumindo uma variação simultânea dos diferentes indicadores

Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Em 2013 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se se seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

• Desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do

grupo SMABTP;

- Adoção da ferramenta utilizada pelo grupo para gerir este risco, tendo-se iniciado a respetiva parametrização e de forma a substituir no próximo ano o atual aplicativo Registo de Perdas;
- Continuidade da atualização dos processos e respetivas matrizes de risco operacional, identificando as atividades, riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, tendo-se identificado melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução, status, severidade

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

e impacto dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta Redmine. De forma a mitigar e ultrapassar as situações reportadas, efectuou-se um acompanhamento semanal às anomalias classificadas como graves e um relatório mensal detalhado sobre a evolução de todas as reportadas;

- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, implementado em 2012 e constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos: interação com a Comissão Técnica Fraude da APS; realização de ações internas de sensibilização para o tema transversais à organização, bem como comunicações trimestrais sobre o tema através da intranet; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção tendo-se identificado novos controlos e alertas;
- Continuidade do projeto de atualização/ formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes, tendo sido constituída uma equipa específica para o mesmo e estando assente no nível de criticidade dos processos de negócio.

de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor. Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2013:

- Análise da legislação em vigor, de forma a mitigar o risco a área de compliance efetua uma monitorização mensal com as diversas áreas envolvidas, acompanhando a evolução dos procedimentos a desenvolver e implementar que assegurem respostas conformes e atempadas;
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Análise e resposta a questões relacionadas com a Conduta de Mercado;
- Desenvolvimento de um aplicativo que permite monitorizar a resposta a reportes legalmente exigidos por entidades externas. Este tem como objetivo mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Elaboração do relatório anual de compliance, relativamente às atividades desenvolvidas.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na área de Gestão de Riscos visa mitigar o risco

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

		(Un: Euros
	2013	2012
Caixa e equivalentes	13.605	14.526
Depósitos à ordem	9.110.589	12.366.386
	9.124.194	12.380.912

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente

pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 168.665 Euros (2011: 3.180.432 Euros). A existência destes saldos deve-se ao fato do Grupo ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

EDIFÍCIO EDIFÍCIO	EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VARIAÇÃO DO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
DE USO PRÓPRIO					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2012	269.410	243.050	(20.064)	87
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2012	152.931	203.000	(25.140)	67
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2012	288.999	300.000	(1.091)	52
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2012	389.122	316.000	15.331	56
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2012	331.976	319.000	5.816	62
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2012	362.297	371.300	(14.510)	97
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2012	357.333	290.000	(38.525)	81
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2012	268.008	215.500	(33.532)	78
Av. Brasil 6 – Oeiras	2012	166.737	186.200	8.180	80
DE RENDIMENTO					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2012	25.769.867	25.173.908	171.526	98
TOTAL		28.356.680	27.617.958	67.991	

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

TENDENIOS E ENIFÍCIO	ERRENOS E EDIFÍCIOS SALDO INICIAL		AOUICICÕES /TDANSE	DEAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES /TDANSE	AMORTIZAÇÕEC	SALDO FINAL
TERRENUS E EDIFICIO	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUM.	AQUISIÇÕES / TRANSF.	REAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES / TRANSF	AMORTIZAÇÕES	(VALOR LÍQUIDO)
Uso próprio							
Terrenos	858.507	-	-	-	-	-	858.507
Edifícios	1.585.543	21.918	-	-	-	21.918	1.541.706
SUB-1	OTAL 2.444.050	21.918	-	_	-	21.918	2.400.213
Rendimento							
Terrenos	7.300.433	-	-	-	-	-	7.300.433
Edifícios	17.873.475	-	-	-	-	-	17.873.475
sub-total	25.173.908	-	-	-	-	-	25.173.908
TC	TAL 27.617.958	21.918	-	-	-	21.918	27.574.121

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 - Investimentos em associadas

A 21 de Dezembro foi efetuada a compra de 40% do capital da empresa Future Healthacere International, SGPS, S.A., no montante de Euros 3.000.000.

A aquisição desta sociedade visa dotar a VICTORIA – Seguros, S.A. de melhores condições para a gestão da carteira de Saúde, permitindo atribuir aos segurados uma melhoria na qualidade dos serviços disponíveis através da rede médica e de cuidados de saúde própria. No final do ano, por aplicação do método de equivalência patrimonial, foi registada uma valorização no montante de 237.158 Euros (2012: -56.617 Euros).

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

RELATÓRIO

& CONTAS 2013

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, são analisados como se segue:

						(Un.: Euros)
		2013			2012	
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	15.626.460	(113.953)	15.512.507	5.972.512	(129.535)	5.842.977
Títulos de Dívida	28.067.657	4.181	28.071.838	49.165.919	131.905	49.297.823
Dívida Pública	71.059	(5.091)	65.968	(113.005)	191.989	78.984
De Outros Emissores Públicos	10.387.738	(13.580)	10.374.158	21.425.782	(27.422)	21.398.360
De Outros Emissores	17.544.129	22.852	17.566.981	27.773.706	(32.663)	27.741.043
Juros a receber	64.731		64.731	79.436		79.436
TOTAL	43.694.117	(109.772)	43.584.345	55.138.431	2.370	55.140.800

Em 31 de Dezembro de 2012 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para

ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

SETORES			2013					2012		
	%	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	%	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Bens consumo, ciclicas	7,1	3.103.257	3.103.257			4,5	2.499.460	2.499.460		
Bens consumo, não ciclicas	0,0	0				0,0	0			
Industrial e matérias primas	5,1	2.271.755	2.217.755			4,6	2.541.326	2.541.326		
Utilities	5,7	2.504.013	2.504.013			2,6	1.436.989	1.436.989		
Energia	1,1	497.224	497.224			0,0	0			
Serviços	0,0	11.180	11.180			0,0	0			
Financeiro	21,6	9.395.194	9.395.194			38,9	21.424.917	21.424.917		
Dívida soberana	23,8	10.354.395	10.354.395			38,8	21.395.132	21.395.132		
Fundo ações	0,3	144.312		144.312		0,3	148.745		148.745	
Fundo imobiliário	4,4	1.901.725		1.901.725		3,4	1.884.121		1.884.121	
Fundo obrigações	30,9	13.455.291		13.455.291		6,9	3.810.111		3.810.111	
TOTAL GERAL	100%	43.584.346	28.083.018	15.501.328	0	100	55.140.800	49.297.823	5.842.977	

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de Ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

								(Un: Euros)
		201	3			2012		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unid Participação	37.184.108	(490.629)	32.746	36.726.225	19.116.084	(690.559)	55.048	18.480.573
Títulos de Dívida	235.498.755		8.815.431	244.314.186	239.125.836		11.673.324	250.799.160
Dívida Pública	80.548.317		4.024.739	84.573.056	89.327.095		5.797.723	95.124.818
De Outros Emissores Públicos	41.985.014		790.081	42.775.095	40.538.894		854.172	41.393.066
De Outros Emissores	110.235.705		4.000.611	114.236.316	106.249.305		50.21.429	111.270.734
Juros a receber	2.729.719		-	2.729.719	3.010.542		-	3.010.542
TOTAL	272.682.863	(490.629)	8.848.177	281.040.411	258.241.920	(690.559)	11.728.372	269.279.733

Dos quais:

SETORES			2013					2012		
	%	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	%	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Bens consumo, ciclicas	2,8	8.008.838	8.008.838			2,0	5.401.941	5.401.941		
Bens consumo, não ciclicas	0,7	1.973.642	1.973.642			0,2	425.775	425.775		
Industrial e matérias primas	2,6	7.370.394	7.370.394			1,9	5.065.457	5.065.457		
Utilities	1,1	3.177.675	3.177.675			0,0				
Energia	0,2	497.224	497.224			0,0				
Comunicações	24,1	67.731.057	67.731.057			26,7	71.919.670	71.764.748		154.922
Financeiro	42,4	111.272.510	111.272.510			50,4	135.635.200	135.635.200		
Dívida soberana	13,6	38.265.047	36.282.846	1.982.200		12,9	34.637.880	32.506.039	2.131.841	
Fundo obrigações	12,4	34.744.025		34.744.025		6,0	16.193.810		16.193.810	
TOTAL GERAL	100	281.040.412	244.314.186	36.726.225		100	269.799.159	250.799.159	18.325.651	154.922

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

US RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

O saldo desta conta é analisado como segue:

		(Un: Euros)
	2013	2012
Outros Depósitos – Depósitos a Prazo	953.879	29.376.374
Juros a receber	210	942
Empréstimos concedidos	722.846	879.945
Empréstimos sobre apólices	649.985	806.322
Outros empréstimos	71.036	72.812
Juros a receber	1.825	811
TOTAL	1.676.935	30.257.261

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo caracter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 7 – Afetação dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2013 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

							(Un: Euros)
	SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFETOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	802.111	2.681.000	838.745	2.650.238	2.099.134	52.966	9.124.194
Terrenos e edificios		679.435	25.492.908			1.433.350	27.605.693
Ativos financeiros detidos para negociação						-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados					43.584.345	-	43.584.345
Instrumentos de Capital e Unid. Participação					15.512.507	-	15.512.507
Títulos de Dívida					28.071.838	-	28.071.838
Ativos disponíveis para venda	27.565.828	55.373.157	144.213.494	40.760.756		13.127.176	281.040.411
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	4.431.201	7.948.620	5.403.277	10.481.820		8.461.307	36.726.225
Títulos de Dívida	23.134.627	47.424.537	138.810.217	30.278.936		4.665.869	244.314.186
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	632.003	-	17.982	1.026.950	1.676.935
Depósitos a prazo						954.089	954.089
Empréstimos concedidos			632.003		17.982	72.861	722.846
TOTAL	28.367.939	58.733.592	171.177.150	43.410.994	45.701.461	15.640.442	363.031.578

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Para o ano transato, a afetação dos investimentos é a seguinte:

							(Un: Euros)
	SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFETOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	3.639.974	1.106.420	6.737.171	1.424	767.803	128.120	12.380.912
Terrenos e edificios	-	685.568	25.492.908	-	-	1.433.350	27.611.826
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-	55.140.800	-	55.140.800
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	-	-	-	-	5.842.977	-	5.842.977
Títulos de Dívida					49.297.823	-	49.297.823
Ativos disponíveis para venda	25.911.428	52.470.881	153.988.900	35.713.535	-	1.194.989	269.279.733
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	7.612.900	3.080.033	4.409.043	2.782.983	-	595.614	18.480.573
Títulos de Dívida	18.298.528	49.390.848	149.579.857	32.930.552	-	599.375	250.799.160
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.500.069	2.943.287	785.639	-	20.682	24.007.583	30.257.261
Depósitos a prazo	2.500.069	2.943.287	-	-	-	23.933.960	29.377.316
Empréstimos concedidos	-	-	785.639	-	20.682	73.624	879.945
TOTAL	32.051.471	57.206.156	187.004.618	35.714.959	55.929.285	26.764.042	394.670.532

(Un: Furos)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 8 – Outros Ativos tangíveis e inventários

Os Outros Ativos tangíveis são analisados como segue:

									(OII. Euros)
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	SALDO	INICIAL	AUM	ENTOS	TRANSFERÊNCIAS	~	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2500	SALDO FINAL (VALOR
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES	E ABATES	ALIENAÇÕES	REFORÇO	REGULA- RIZAÇÕES	LÍQUIDO)
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2.930.301	(2.722.679)	1.658	-	-	(79.324)	(111.098)	70.513	89.371
Máquinas e ferramentas	356.920	(322.610)	-	-	-	(5.243)	(19.940)	5.243	14.370
Equipamento informático	2.214.243	(2.092.877)	589.826	-	(1.612)	(7.253)	(195.525)	7.387	514.189
Instalações interiores	861.480	(568.812)	-	-	-	(59.740)	(55.133)	29.662	207.457
Outro Equipamento	2.478.965	(2.223.608)	-	-	_	(293.201)	(96.695)	293.201	158.662
Sub-Total	8.841.909	(7.930.586)	591.484	-	(1.612)	(444.761)	(478.391)	406.006	984.049
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	54.853	-	-	-	-	-	-	-	54.853
TOTAL	8.896.762	(7.930.586)	591.484	-	(1.612)	(444.761)	(478.391)	406.006	1.038.902

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORM

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 9 – Outros Ativos intangíveis

As variações ocorridas nos outros Ativos intangíveis é analisada como segue:

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	SALDO	INICIAL	AUM	ENTOS	TRANSFERÊNCIAS	L.	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALD EYIRAL (VALOR
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES	E ABATES	ALIENAÇÕES	REFORÇO	REGULA- RIZAÇÕES	LÍQUIDO)
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações	16.581.150	(14.526.266)	971.573	-	1.316.854	-	(1.483.323)	(134)	2.859.854
Informáticas									
Ativos intangíveis em curso	866.827	-	1.070.660	-	(1.315.242)	-	-	-	622.245
Outros	1.103.312	(1.103.312)	-	-	-	(34.916)	-	34.916	-
TOTAL	18.720.677	(15.798.966)	2.042.233	-	1.612	(34.916)	(1.483.323)	34.782	3.482.099

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

		(Un: Euro
	2013	2012
Tomadores de Seguros	11.837.359	12.178.113
Mediadores de Seguros	1.952.934	2.114.577
Co-Seguradores	46.097	139.256
Imparidade	(1.027.391)	(990.317)
Sub-Total	12.808.999	13.441.629
Resseguradores e Ressegurados	2.480.526	780.071
Sub-Total	2.480.526	780.071
Outros Devedores	3.618.160	2.276.686
Imparidade	(642.483)	(554.974)
Sub-Total	2.975.677	1.721.712
TOTAL	18.265.202	15.943.412

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Na rubrica Tomadores de Seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 990.317 (2011: Euros 1.036.073). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2012, uma vez que não se verificou nos testes efetuados, diferenças significativas em relação aos anos anteriores.

NOTA 11 – Ativos e Passivos por Benefícios pósemprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades do Grupo em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade,

tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012 são como segue:

<u> </u>		(Un: Euros
	2013	2012
Benefícios de pós emprego	1.771.137	1.792.295
Outros benefícios de longo prazo	(419.323)	(457.980)
	1.351.814	1.334.315

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Os Ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

	2013	2012
	PENSÕES	PENSÕES
Responsabilidades por benefícios	842.797	720.615
Justo valor dos Ativos do fundo	842.797	722.997
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	2.382

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafetação. A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 28.740.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- -atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	8	11.571	1.329	65

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os Ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

						Un.: Euros
		2013			2012	
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidade por benefícios	270.669	1.342.116	1.710.155	287.210	1.422.945	1.710.155
Justo valor dos Ativos do fundo	2.078.985	885.615	3.044.470	2.107.404	937.066	3.044.470
Ativos/ (responsabilidades)	1.808.316	(456.501)	1.334.315	1.820.194	(485.879)	1.334.315
líquidas em balanço						

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

						Un.: Euros
		2013			2012	
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor atual da responsabilidade em 01 de Janeiro	287.210	1.422.945	1.710.155	222.468	1.334.309	1.556.777
Custo do serviço corrente	-	12.064	12.064	-	12.806	12.806
Custo de juros	9.653	47.825	57.478	7.854	45.940	53.794
(Ganhos) e perdas atuariais	(14.477)	(53.797)	(68.274)	133.153	85.649	218.802
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	(4.686)	(4.686)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(35.691)	(35.691)	-	-	-
Benefícios pagos	(11.717)	(51.230)	(62.947)	(10.869)	(51.073)	(61.942)
Redução por alteração CCT	-	-	-	(65.396)	-	(65.396)
VALOR ATUAL DA RESPONSABILIDADE EM 01 DE JANEIRO	270.669	1.342.116	1.612.785	287.210	1.422.945	1.710.155

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. A responsabilidade ascende a Euros 2.062.954 (2011: Euros 2.332.259).

A variação dos Ativos do plano de benefício definido em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisada como se segue:

						(Un: Euros)
		2013			2012	
	FUNDO	OUTROS	TOTAL	FUND0	OUTROS	TOTAL
Ativos do plano em 1 de Janeiro	2.107.404	937.066	3.044.470	222.468	969.462	1.191.930
Retorno esperado dos Ativos	843	(8.996)	(8.153)	29.581	4.362	33.943
Ganhos e (perdas) atuariais	(17.545)	8.775	(8.770)	48.642	14.315	62.957
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(11.717)	(51.230)	(62.947)	(10.869)	(51.073)	(61.942)
Redução por alteração CCT	-	-	-	1.817.582	-	1.817.582
ATIVOS DO PLANO EM 31 DE DEZEMBRO	2.078.985	885.615	2.964.600	2.107.404	937.066	3.044.470

Os outros Ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

(Un: Furos)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

CONSOLIDADA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

						(Un: Euros)
		2013			2012	
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	-	12.064	12.064	-	12.806	12.806
Custo de juros	9.653	47.825	57.478	7.854	45.940	53.794
Retorno esperado dos Ativos	(843)	8.996	8.153	(29.581)	(4.362)	(33.943)
Benefícios passados não reconhecidos	-	375		-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(35.691)	(35.691)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	(30.423)	(30.423)	-	21.237	21.237
TOTAL DO CUSTO DO ANO	8.810	2.771	11.581	(21.727)	75.621	53.894

O justo valor dos Ativos que constituem o plano em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

				(011. E0103)
		2013	2	012
Fundos de Investimento Imobiliários	1,61%	46.938	2,13%	61.572
Fundos de Investimento em Ações	0,89%	25.935	1,21%	35.057
Ações	0,99%	29.068		
Fundos de Investimento em Obrigações	10,41%	304.057	12,21%	352.655
Obrigações de Taxa Variável	6,57%	191.868	6,12%	176.678
Obrigações de Taxa Fixa	76,30%	2.229.375	75,17%	2.171.016
Mercado Monetário	3,24%	94.541	3,15%	91.000
TOTAL	100,00%	2.921.782	100,00%	2.887.978

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE2013 E 2012

O retorno real dos Ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 73.223.

Os ganhos e perdas atuariais em 2013 e 2012 reconhecidos em reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

		2013			2012	
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de Janeiro	(61.701)	(84.682)	(146.383)	22.810	(39.272)	(16.462)
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	14.477	23.374	37.851	(133.153)	(59.725)	(192.878)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	(17.545)	8.775	(8.770)	48.642	14.315	62.957
Redução por Alteração CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(64.769)	(52.533)	(117.302)	(61.701)	(84.682)	(146.383)

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19. A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados. Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2013	2012
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,435%	3,361%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos Ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

					(Un: Euros)
	2013	2012	2011	2010	2009
Responsabilidades por benefícios	1.162.785	1.710.155	1.556.778	2.316.613	2.779.760
Justo valor dos Ativos do fundo	2.964.600	3.044.470	1.191.930	3.738.657	3.714.047
ATIVOS/ (RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	1.351.815	1.334.315	(364.848)	1.422.044	934.287

NOTA 12 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

						(Un: Euros)
	ATIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investimentos financeiros	99.811	92.261	256.342	643.881	(156.531)	(551.619)
Benefícios a empregados	223.435	85.125	-	-	223.435	85.125
Provisões	990.839	972.919	-	-	990.839	972.919
Terrenos e edifícios	50.277	54.380	5.760	6.230	44.516	48.150
Outros passivos	249.128	310.624	-	-	249.128	310.624
Prejuízos fiscais	11.014	11.014	-	-	11.014	11.014
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS / (PASSIVOS)	1.624.504	1.526.323	262.102	650.110	1.362.402	876.213

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

						(Un: Euros)
		2013			2012	
	RECONHECIDO	RECONHECIDO	TOTAL	RECONHECIDO	RECONHECIDO	TOTAL
	RESULTADOS	NAS RESERVAS		RESULTADOS	NAS RESERVAS	
Investimentos Financeiros	7.549	387.539	395.088	115.283	(772.945)	(657.661)
Benefícios a empregados	138.310	-	138.310	60.336	-	60.336
Provisões	17.921	-	17.921	199.174	-	199.174
Imóveis	(4.104)	470	(3.634)	(71.290)	68.907	(2.382)
Outros Passivos	(61.496)	-	(61.496)	356.879	-	356.879
Prejuízos Fiscais	1.568.119	-	1.568.119	(1.343.936)	-	(1.343.936)
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS / (PASSIVOS)	1.666.299	388.009	2.054.308	(683.553)	(704.037)	(1.387.591)

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência a proceder à anulação do IDA da VICTORIA – Seguros, S.A.

O montante de reporte fiscal, relativamente aos prejuízos, é o seguinte:

		(Un: Euros)
EXCERCÍCIO	DATA LIMITE	RESULTADO FISCAL
2008	2014	(3.080.679)
2009	2015	(390.278)
2010	2014	(8.832.609)
2011	2016	(11.817.085)
2012	2017	(872.504)
TOTAL		(24.993.155)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

		(Un.: Euros)
	2013	2012
Imposto corrente	(444.326)	(815.687)
Imposto diferido	1.666.299	(683.553)
TOTAL DO IMPOSTO RECONHECIDO EM RESERVAS	1.221.973	(1.499.240)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

		(Un.: Euros)
	2013	2012	VARIAÇÃO
Imposto Corrente	(1.768.410)	(1.996.657)	228.247
Investimentos Financeiro	(1.732.223)	(1.963.290)	231.067
Imóveis	(36.187)	(33.367)	(2.820)
Imposto Diferido	(262.102)	(650.111)	388.009
Investimentos Financeiro	(256.342)	(643.881)	387.539
Terrenos e edifícios	(5.760)	(6.230)	470
TOTAL IMPOSTO RECONHECIDO RESERVAS	(2.030.512)	(2.646.769)	616.256

A reconciliação da taxa efetiva de impostos é analisada como seque:

		(Un: Euros)
	2013	2012
RESULTADO ANTES IMPOSTO	(6.033.084)	(8.156.369)
Taxa Imposto	26,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	1.598.767	2.161.438
Outros proveitos e custos excluídos tributação	1.568.119	(112.442)
Imposto Diferido Ativo - utilização	(13.307)	212.217
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	(1.723.773)	(154.358)
Imparidade por impostos diferidos	2.008	(2.664.370)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	0	10.022
Imposto Autonomo (Trib. Autonoma+Derrama)	(209.841)	(951.746)
IMPOSTO DO EXERCÍCIO (CORRENTE+DIFERIDO)	1.221.973	(1.499.240)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 13 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisadas como segue:

				(Un: Euros)
RUBRICAS	MONTANTE	CUSTOS DE	VALOR DO	VALOR DO
No bilieris	CALCULADO	AQUISIÇÃO DIFERIDOS	BALANÇO 2013	BALANÇO 2012
Provisões técnicas de seguro direto	276.952.446	4.719.217	272.233.229	282.770.771
Provisão matemática	174.619.350	2.481.331	172.138.019	177.214.981
Provisão para prémios não adquiridos	19.709.633	2.237.886	17.471.747	18.982.292
Provisão para sinistros	61.218.105	-	61.218.105	65.154.677
Provisão participação resultados	6.627.485	-	6.627.485	8.196.821
Provisão para compromissos taxa	2.960.725	-	2.960.725	2.489.132
Provisão para desvios de sinistralidade	4.559.379	-	4.559.379	4.338.425
Outras provisões técnicas	7.257.769	-	7.257.769	6.394.443
PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO	14.565.745		14.565.745	15.750.727
Provisão para prémios não adquiridos	6.465.748	-	6.465.748	7.809.672
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	8.099.997	-	8.099.997	7.941.055
Provisão participação resultados	-	-	-	-

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

		(Un.: Euros)
PROVISÃO MATEMÁTICA	2013	2012
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	27.981	36.897
Carteira Nova		
Individual	101.267.122	109.494.991
VICTORIA Investimento Seguro	8.047.457	2.201.217
Rendas Individual	271.434	253.199
Rendas Grupo	7.184.584	7.906.793
Grupo Tradicionais	4.229.217	4.515.929
VICTORIA Vantagem Investimento	25.402.508	27.385.100
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	439	617
Rendas Individual	1.836.183	1.719.934
Rendas Grupo	19.503.221	19.665.553
Risco		
Seguro ligados a Fundos de Investimento	4.367.873	4.034.751
TOTAL	172.138.019	177.214.981

De acordo com a política contabilística do Grupo, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 4.367.873 (2012: Euros 4.034.751) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

		(Un.: Euros)
inc	2013	2012
Seguros de Vida	930.788	930.788
Seguro ligados a Fundos de Investimento	1.558.344	1.558.344
TOTAL	2.489.132	2.489.132

O teste é efetuado através da melhor estimativa dos cashflows futuros associados a cada contrato descontados com taxas retiradas da curva de taxas de juro ajustada à composição dos títulos em carteira. 01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

MODALIDADE	TÁBUA DE	TAXA
	MORTALIDADE	TÉCNICA
SEGUROS DE RENDAS		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
SEGUROS DE CAPITAIS		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
	GKF80	0,95%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
PR Valorização		4%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		1,52%
PPR/E Ações Maximização		n.a.
Confiança PPR		2,75%
Investimento Programado		2,5%
Investimento seguro		3%
Garantia Rendimento		1,52%

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Seguro de Grupo

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
SEGUROS DE RENDAS	MONNELDADE	recition
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
SEGUROS DE CAPITAIS		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
Capital Diferido com contrasseguro	TV 37/77	4%
	GKF80	2%

Dada a composição da carteira, são efetuados ajustamentos aos pressupostos atuariais, nomeadamente 25%PM 60/64, 25%GKM e 110% DAV94, conforme relatório do atuário responsável.

(IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 1.227.932 Euros (2012: 1.363.757 Euros), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 3.464.241 Euros (2012: 3.561.518 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2013 e ainda não reportados

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA	CUSTOS COM SINISTROS ⁽¹⁾	PROVISÃO PARA SINITROS ⁽¹⁾	REAJUSTAMENTOS A
	SINISTROS EM 31-12-	MONTANTES PAGOS	EM 31-12-2013	PROVISÕES DE EXERCÍCIOS
	2012	NO EXERCÍCIO	(3)	ANTERIORES
	(1)	(2)		(3)+(2)-(1)
Vida	7.571.636	2.991.323	4.204.755	375.558
Acidentes e doença	32.785.558	8.671.715	22.167.652	(1.946.191)
Incêndio e outros danos	7.541.798	3.529.933	2.032.813	(1.979.052)
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	12.766.402	3.776.983	7.506.971	(1.482.448)
Outras coberturas	1.799.205	733.097	291.859	(774.249)
Marítimo, aéreo e transportes	1.602.823	888.258	253.841	(460.724)
Responsabilidade civil geral	498.079	161.927	423.707	87.555
Crédito e caução	589.174	3.279	-	(585.895)
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	2	-	-	(2)
TOTAL	65.154.677	20.756.515	36.881.598	(6.765.448)

⁽¹⁾ Sinistros ocorridos em 2011 e anos anteriores

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2013, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 18.302.915 (Euros 2012: 18.346.809 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

PENSÕES REMÍVEIS	
Tábua de mortalidade	TD 88/90
Taxa de desconto	5,25%
Encargos de gestão	-
PENSÕES EM PAGAMENTO	
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de desconto	3%
Encargos de gestão	2%

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo Vida

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

O montante da Participação nos Resultados a Atribuir decorrente dos ajustamentos de justo valor dos investimentos ascende a 1.305.978 Euros (2012: 1.941.420 Euros). A percentagem a atribuir por modalidade é determinada com base nos valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2010 a 2012).

Para o exercício de 2012, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

			(Un.: Euros)
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR	RESERVA REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	% A ATRIBUIR	SALDO FINAL
Carteira Antiga	1.409	5%	70
Carteira Nova		-	-
Individual	5.677.860	23%	1.305.908
Rendas Individual	18.155	0%	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	4.162	0%	-
Rendas Grupo	303.825	0%	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	313.256	0%	-
Grupo Tradicionais	212.920	0%	0
VICTORIA Vantagem Investimento	1.447.637	0%	-
TOTAL	7.979.224		1.941.420

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2013, é a seguinte:

			DISTRIBUÍDA			
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA	SALDO INICIAL	ATRIBUÍDA	ATRIBUÍDA PAGAMENTOS		SALDO FINAL	
Carteira Antiga	49.933	450	2.967	-	47.416	
Carteira Nova						
Individual	2.482.613	322.667	762.836	49.821	1.992.623	
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367	
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-	
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471	
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-	
Grupo Tradicionais	3.293.222	1.848.647	2.200.273	0	2.941.596	
VICTORIA Vantagem Investimento	138.935	66.840	6.719	130.951	68.105	
TOTAL	6.225.541	2.238.604	2.972.795	180.772	5.310.578	

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo não Vida

O Grupo possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

(Un : Furos)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Outras Provisões Técnicas

Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondem a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

NOTA 14 – Passivos Financeiros de Contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo fato de, em termos contratuais existir uma taxa mínima garantida, assumem para as Companhias um risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

			(OII LuiO3)
	COM RISCO INVESTIMENTO	SEM RISCO INVESTIMENTO	TOTAL
VALOR INICIAL	55.530.219	394.187	55.924.406
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.763.947	16.669	1.780.616
Montantes pagos	13.428.642	47.063	13.475.705
Rendimento (gastos)	2.120.435	32.000	2.152.435
Encargos de Gestão	670.617	9.674	680.291
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	-	-	-
VALOR FINAL	45.315.342	386.119	45.701.461

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

RELATÓRIO

& CONTAS 2013

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

		(Un: Euros)
	2013	2012
Tomadores de Seguros	4.347.558	4.291.837
Mediadores de Seguros	658.800	784.171
Co-Seguradoras	125.399	106.362
Sub-total	5.131.757	5.182.370
Resseguradores	1.369.326	1.318.770
Outros Credores	2.100.718	2.680.303
TOTAL	8.601.801	9.181.443

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 2.620.009 (2012: Euros 2.584.100) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

		(Un: Euros)
	2013	2012
Rendas e Alugueres	31.597	55.999
Outros acréscimos e diferimentos	246.234	97.673
TOTAL	277.831	153.672

Acréscimos e diferimentos no Passivo

		(Un: Euros)
	2013	2012
Férias e subsídio de férias	1.541.371	1.530.170
Outros encargos com Pessoal	2.183.044	520.000
Incentivos Comerciais	1.351.007	2.607.765
Rendas e alugueres	233.705	229.228
Outros acréscimos e diferimentos	2.398.932	2.314.939
TOTAL	7.708.059	6.682.102

NOTA 17 – Capital Próprio

A VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de Dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 34.500.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Este aumento de capital foi subscrito e realizado integralmente pelas Sociedades Societé Mutuelle d'Assurance du Bâtiment et des Travaux Publics, e a Societé Mutuelle d'Assurance sur la Vie du Bâtiment et des Travaux Publics, bem como pela Sociedade IMPERIO Assurances et Capitalisation, S.A.

Na sequência desta operação a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.. passou a ter um capital social de Euros 54.500.000, representado por 10.900.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do Capital social.

Reservas de justo valor dos Ativos financeiros disponíveis para venda

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota III. A sua movimentação é analisada como segue:

(Un: Euros)

	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES / DESVALORIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De Justo Valor de Ativos Financeiros	11.728.373	(2.407.383)	(472.813)	8.848.177
Instrumentos de capital e Unid Participação	55.048	(24.096)	1.794	32.746
Títulos de Dívida	11.673.325	(2.383.287)	(474.607)	8.815.431
Dívida Pública	5.797.724	(938.219)	(834.766)	4.024.739
De Outros Emissores Públicos	854.172	(14.494)	(49.597)	790.081
De Outros Emissores	5.021.429	(1.430.574)	409.756	4.000.611
Terrenos e Edificios	200.853	-	-	200.853
Total	11.929.226	(2.407.383)	(472.813)	9.049.030
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(1.941.421)	635.442	-	(1.305.979)
TOTAL	9.987.805	(1.771.941)	(472.813)	7.743.051

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 18 – Transações entre partes relacionadas

A VICTORIA tem como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP entidade à qual pertence desde 29 de Dezembro de 2011. A análise das Transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

			(Un: Euros)
GANHOS E PERDAS	SMABTP	ASEFA	SMAVIE BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite	-	-	-
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	16.031.440	(3.920)	-
Total dos Proveitos	16.031.440	(3.920)	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseguro	4.476.000	0	-
Custos com sinistros	10.228.132	(2.025)	-
Variação Provisões Técnicas	0	-	-
Outros Gastos Gerais e Administrativos	0	7.382	234.629
Total dos Custos	14.704.132	5.357	234.629
Líquido Proveitos/ (Custos) 2013	1.327.308	(9.277)	(234.629)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2012	(43.006)	(58.289)	-

BALANÇO	SMABTP	ASEFA	SMAVIE BTP
Ativo			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	;-	-	-
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.337.687	83.989	946
Total do Ativo	1.337.687	83.989	946
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	1.196	-	-
Outros Credores por operações de seguro e outras	-	-	-
Total do Passivo	1.196	-	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2013	1.336.491	83.989	946
Liquido Ativo / (Passivo) 2012	12.661	51.324	

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVieBTP, esta desenvolve a atividade de front office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos

NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

	(Un: Euros)
COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2014	361.041
2015	235.354
2016	69.066
TOTAL	665.461

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são analisadas como segue:

		(Un: Euros)
NATUREZA DA GARANTIA	2013	2012
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Direção Geral Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	5.756	5.756
Instituto de Getsão Financeira e Seg. Social	20.717	-
TOTAL	310.950	290.233

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 25.265.078 (2012: Euros 30.383.037), dos quais Euros 2.686.271 (2012: Euros 2.880.973) têm taxa garantida. 01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

VI- NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, os prémios brutos emitidos são como segue:

(Un.: Euros) PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRETO 2013 2012 28.195.748 24.359.015 Relativos a contratos individuais Relativos a contratos de grupo 10.210.539 10.461.493 34.820.508 38.406.287 Periódicos 21.907.620 23.522.840 Não Periódicos 11.927.668 16.498.667 34.820.508 38.406.287 De contratos sem participação nos resultados 3.830.088 5.536.533 De contratos com participação nos resultados 34.576.199 29.283.975 38.406.287 34.820.508 SALDO DE RESSEGURO (520.530) (417.166)

(Un: Euros)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2013 e 2012 pode ser analisada do seguinte modo:

2013	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro direto					
Acidentes e doença	40.104.180	40.757.336	31.615.118	12.142.563	(572.209)
Incêndio e outros danos	17.208.052	17.878.886	9.599.786	5.332.590	(4.583.135)
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	11.096.245	11.567.744	6.421.765	3.706.855	(1.570.190)
- Outras coberturas	4.560.802	4.809.696	3.130.840	1.654.990	(91.289)
Marítimo, aéreo e transportes	5.110.808	5.070.445	2.668.616	1.387.483	(644.867)
Responsabilidade civil geral	1.196.231	1.020.260	382.163	708.371	(269.184)
Crédito e caução	194.887	216.308	(193.994)	25.662	(73.557)
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	1.530	628	-	7.322	(13)
SUB-TOTAL	79.472.735	81.321.303	53.624.294	24.965.835	(7.804.444)
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
TOTAL	79.472.735	81.321.303	53.624.294	24.965.835	(7.804.444)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

					(Un: Euros)
2012	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro direto					
Acidentes e doença	39.442.873	39.737.087	32.667.322	12.159.472	(732.339)
Incêndio e outros danos	18.397.975	19.256.628	15.358.891	5.673.043	775.707
Automóvel	-		(20.203)	(73.424)	-
- Responsabilidade civil	12.192.850	12.775.150	10.563.540	3.768.924	(1.983.797)
- Outras coberturas	5.168.024	5.756.844	3.435.956	2.297.032	(211.322)
Marítimo, aéreo e transportes	4.496.073	4.493.912	1.903.070	1.119.478	(356.257)
Responsabilidade civil geral	874.330	789.179	260.473	436.068	(59.291)
Crédito e caução	49.520	59.463	582.259	8.728	142.847
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	980	2.670	(2)	377	-
SUB-TOTAL	80.622.625	82.870.933	64.751.306	25.389.699	(2.424.452)
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
TOTAL	80.622.625	82.870.933	64.751.306	25.389.699	(2.424.452)

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos e contratos de prestação de serviços

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

		(Un.: Euros)
	2013	2012
Encargos de subscrição	19.313	25.627
Comissão de gestão	683.498	793.619
	702.811	819.246

No decurso de 2013, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 22 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2013 e 2012, são analisados como segue:

(Un: Euros)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

2013	MONTANT	TES PAGOS		
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS $(4)=(1)+(2)+(3)$
Ramo Vida	36.966.740	344.961	(477.205)	36.834.496
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	30.340.488	1.159.588	115.043	31.615.119
Incêndio e outros danos	10.596.979	723.908	(1.721.101)	9.599.786
Automóvel				
Responsabilidade civil	7.469.830	528.003	(1.576.068)	6.421.765
Outras coberturas	3.450.960	248.721	(568.841)	3.130.840
Marítimo, aéreo e transportes	2.158.004	141.562	369.050	2.668.616
Responsabilidade civil geral	205.867	12.737	163.558	382.162
Crédito e caução	306	2.848	(197.148)	(193.994)
Proteção jurídica	-	-	-	
Assistência	-	-	-	
Diversos	-	-	-	-
SUB-TOTAL	54.222.434	2.817.367	(3.415.507)	53.624.294
Resseguro aceite	-	-	-	-
TOTAL	91.189.174	3.162.328	(3.892.712)	90.458.790

01 DELATÓRIO

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

				(Un: Euros)
2012	MONTANT	ES PAGOS		
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS $(4)=(1)+(2)+(3)$
Ramo Vida	35.299.691	539.664	468.580	36.307.935
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	30.390.119	1.631.071	646.132	32.667.322
Incêndio e outros danos	13.503.530	684.172	1.171.189	15.358.891
Automóvel				
Responsabilidade civil	9.463.569	678.127	421.844	10.563.540
Outras coberturas	4.415.270	319.884	(1.299.198)	3.435.956
Marítimo, aéreo e transportes	1.368.395	105.810	428.865	1.903.070
Responsabilidade civil geral	208.051	16.328	36.094	260.473
Crédito e caução	-	-	582.259	582.259
Proteção jurídica	-	-	-	
Assistência	-	-	-	
Diversos	-	-	(2)	(2)
SUB-TOTAL	59.348.934	3.435.392	1.987.183	64.771.509
Resseguro aceite	-	-	-	-
TOTAL	94.648.625	3.975.056	2.455.763	101.079.444

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

US RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

		(Un: Eu	ıros)
	2013	2012	
Terrenos e edifícios	1.902.375	2.037.927	
Ativos financeiros detidos para negociação		-	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	241.567	542.314	
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	419	717	
Títulos de Dívida	241.148	541.597	
Ativos disponíveis para venda	5.511.920	6.652.541	
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	23.797	23.182	
Títulos de Dívida	5.488.123	6.629.359	
Empréstimos concedidos e contas a receber	31.757	73.844	
Depósitos	7.687	44.596	
Empréstimos concedidos	24.070	29.248	
TOTAL	7.687.619	9.306.626	

O montante de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos é nulo em 2012.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORM

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 24 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

		(Un: Euros)
	2013	2012
Ativos disponíveis para venda	1.651.303	308.215
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	574.118	166.109
Títulos de Dívida	1.077.185	142.106
Sub-total	1.651.303	308.215
Terrenos e edifícios	-	(94.137)
TOTAL	1.651.303	214.078

(Un:Euros)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

U3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas

O saldo registado nesta conta é como segue:

				(Un.: Euros)		
	20)13	20	2012		
	VALIAS	AJUSTAMENTO	VALIAS	AJUSTAMENTO		
	REALIZADAS	JUSTO VALOR	REALIZADAS	JUSTO VALOR		
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	19.594	50.521	16.481	2.370		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	23.099	52.857	43.907	(129.535)		
Títulos de Dívida	(3.505)	(2.336)	(27.426)	131.905		
TOTAL	19.594	50.521	16.481	2.370		

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

	2013	2012
Gastos em passivos	(2.234.065)	(2.827.016)
Ganhos em passivos	81.630	8.176
TOTAL GANHO / (GASTO)	(2.152.435)	(2.818.840)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos Ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 27 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

As imparidades registadas em 2013 no montante de Euros 207.461 (2012: Euros 399.630) refletem a reestruturação da dívida pública grega.

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

					(Un: Euros)
	2013	2012		2013	2012
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro	1.096	6.135
Por gestão Fundos de Pensões	225.766	120.496	Por gestão Fundos de Pensões	171.513	171.051
Por outros	25	816	Por outros	57.135	65.343
SUB-TOTAL	225.791	121.312	SUB-TOTAL	229.744	242.259
TOTAL	3.953	121.217			

NOTA 29 – Outras Provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo fato da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais e para o Duplo Valor. Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un: Euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras Provisões	3.148.785	1.347.751	710.028	197.516	3.588.992

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

					(Un: Euros)
	2013	2012		2013	2012
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	-	250	Restituição impostos	62.219	-
Multas e penalidades	4.678	20.113	Outros rendimentos e ganhos	398.436	28.291
Quotizações diversas	-	-			
Outros gastos e perdas	108.103	228.944			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	580	4.820	Juros obtidos	2.590	457
Outros gastos e perdas	73.891	411.030	Outros rendimentos e ganhos	33.988	15.041
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	63.541	26.859	De recibos por cobrar	26.467	363.320
De créditos de cobrança duvidosa	87.510	137.339	De créditos de cobrança duv.	-	-
Perdas em Ativos tangíveis	38.889	1.471	Outros	(1.078.577)	(342.619)
SUB-TOTAL	377.192	830.826	SUB-TOTAL	(554.877)	64.490
TOTAL	(932.069)	(766.336)			

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 31 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2013	2012
Despesas com Pessoal	15.378.222	15.160.293
Fornecimento e Serviços Externos	7.712.335	8.461.447
Impostos e Taxas	253.857	622.678
Amortizações do Exercício	1.739.523	1.506.599
Juros Suportados	-	-
Comissões	344.072	191.273
TOTAL	25.428.009	25.942.290

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA): Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 76.000 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 42.200 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(Un: Furos)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

						(OII. EUIOS)
	2013				2012	
	RAM	O VIDA	RAMOS NÃO VIDA	RAMO	VIDA	RAMOS NÃO VIDA
	CONTRATOS SEGURO	CONTRATOS INVESTIMENTO	CONTRATOS SEGURO	CONTRATOS SEGURO	CONTRATOS INVESTIMENTO	CONTRATOS SEGURO
Custos com sinistros	344.961		2.817.367	539.664		3.435.392
Custos de exploração	7.039.615	478.224	13.885.376	6.612.414	502.378	13.363.402
Custos de aquisição	1.862.021	126.493	6.113.181	1.517.215	115.270	5.089.565
Custos administrativos	5.177.594	351.731	7.772.195	5.095.199	387.108	8.273.837
Custos com investimentos	361.002	24.524	235.180	273.993	20.817	331.783
Custos Gestão Fundos de Pensões	241.760			862.447		
Sub-total	7.987.338	502.748	16.937.923	8.288.518	523.195	17.130.577
TOTAL IMPUTADO			25.428.009			25.942.290

NOTA 32 - Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício o Grupo teve, além de 1 membro do Conselho de Administração não remunerado, ao seu serviço em média 301 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

(I In: Furos)

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

		(Un: Euros
	Nº MÉDIO DE	Nº MÉDIO DE
QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	EMPREGADOS	EMPREGADOS
	2013	2012
Quadros superiores	41	41
Quadros médios	28	29
Profissionais altamente qualificados	68	63
Profissionais qualificados	178	168
Profissionais semi – qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	_	
TOTAL	315	301

		(OII. Euros)
RUBRICAS	2013	2012
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	1.319	75.621
Benefícios de cessação de emprego	2.656.599	1.170.711
Seguros obrigatórios	256.991	247.870
Gastos de ação social	75.658	76.256
Outros gastos com pessoal	132.136	243.213
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	15.378.222	15.160.293

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisados como segue:

		(Un: Euros)
RUBRICAS	2013	2012
Remunerações		
dos órgãos sociais	10.333	30.342
do pessoal	9.837.479	10.643.854
Encargos sobre remunerações	2.334.171	2.664.285
Benefícios pós-emprego	-	-
Planos de contribuição definida	63.274	29.868
Planos de benefício definido	10.262	(21.727)

Os órgãos das Companhias responsáveis pelo planeamento, Direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou Direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

ÓRGÃOS	No	VALOR TOTAL	REMUNERAÇÃO
	ELEMENTOS	VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	2	-	325.525
Diretores	9	420.398	596.286
Responsáveis	14	134.836	754.354
TOTAL	25	555.234	1.676.165

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de Ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos de negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO** NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Normas, alterações e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, e as normas recentemente emitidas mas cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 33. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

NOTA 33 – Novas Normas e Interpretações

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE),

ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

NOTA 33.1 – Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido. O justo valor é definido como o "preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração".

A norma deve ser aplicada prospetivamente.

Da aplicação desta norma resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao nível das divulgações.

NOTA 33.3 – Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/ grupo) NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IFRS 7 (Emenda) Compensação de Ativos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

A emenda deve ser aplicada retrospetivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospetivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser

reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.

• A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

A norma revista deve ser aplicada retrospetivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospetivamente ou elabora uma reexpressão retrospetiva de itens nas suas demonstrações financeiras;ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventário.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

NOTA 33.3 – Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2013 e que a empresa/grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de Ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de fato, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospetivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este fato e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii)Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

IAS 19 R - Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospetiva.

01 RELATÓRIO

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS **DE FISCALIZAÇÃO**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o fato de a situação em concreto ser imaterial e, por esse fato, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente

anterior. Pode fazer a rexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a rexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

O1 DELATÓRIO

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS

RELATORIOS DE FISCALIZAÇÃO NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	IDENTIFICAÇÃO DOCTÍTULOS				DDECC				WALOE SE	DALANCO
	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	OHANTI	MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR NOMINAL	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	SUB-TOTAL							-		
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Future Healthcare-SGPS, SA	600.000				3.000.000		3.180.541		
	SUB-TOTAL	600.000				3.000.000		3.180.541	-	
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	SUB-TOTAL	600.000				3.000.000		3.180.541	-	
	1.2 - Estrangeiras									

RELATÓRIO & CONTAS 2013

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

IC	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	SUB-TOTAL									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	SUB-TOTAL									
	SUB-TOTAL									
	TOTAL	600.000				3.000.000		3.180.541	_	
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O.T. JUNHO TF 08/18		100.000	94,93		94.932	97,69	97.690	2.402,00	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,28		198.570	87,61	175.210	5.485,00	3,850%
PTOTE1OE0019	O.T. JUNHO TF 03/14		1.500.000	100,36		1.505.470	101,24	1.518.600	35.599,00	4,375%
PTOTELOE0010	O.T. OUT TF 07/17		7.000	98,10		6.867	98,85	6.919	63,00	4,350%
PTOTE3OE0017	O.T. OUT TF 10/15		3.000	98,32		2.950	100,04	3.001	21,00	3,350%
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	54,29		15.580	44,00	12.629	571,00	4,000%
	SUB-TOTAL		1.838.701			1.824.369		1.814.049	44.141,00	

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

IC	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		174	-		-	-	-	0,00	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	0,00	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,13		1.001.324	102,32	1.023.200	39.240,00	4,250%
PTCGGFOM0015	CAIXA GERAL DEPÓSITOS TF 09/14		1.500.000	100,17		1.502.579	100,92	1.513.785	24.133,00	3,625%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	_		-	-	-	0,00	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	0,00	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	0,00	
913012886001	SOMEC 92/97		150	-		-	_	-	0,00	
913012886002	SOMEC 94/99		349	-		-	-	-	0,00	
	SUB-TOTAL		2.501.222			2.503.903		2.536.985	63.373,00	
	SUB-TOTAL		4.339.923			4.328.272		4.351.034	107.514,00	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Ações									
PTCTT0AM0001	CTT - Correios de Portugal S.A	2.000			6	11.046	5,59	11.180	0	
	SUB-TOTAL	2.000				11.046		11.180	0	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	SUB-TOTAL	-				-		-	-	
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.587.168	3,91	2.674.067		
	SUB-TOTAL	683.800				2.587.168		2.674.067	-	
	2.1.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL	-								
	SUB-TOTAL	685.800	4.339.923			2.598.214	-	2.685.247	0,00	
	TOTAL	685.800	4.339.923			6.926.486		7.036.281	107.514,00	
	2.2 - Estrangeiros									

02 INFORMA

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

ID	ENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	98,65		1.667.111	107,09	1.809.906	14.145,00	3,250%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	98,93		2.967.937	105,07	3.151.950	104.318,00	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,26		3.037.799	106,45	3.193.350	51.896,00	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	103,67		311.022	107,57	322.695	5.622,00	4,500%
DE0001141547	BUNDESOBLIGATION TF 09/14		3.300.000	100,56		3.318.619	100,55	3.317.985	53.704,00	2,250%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,19		981.943	106,05	1.060.450	7.274,00	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCHTF 10/21		300.000	101,54		304.608	107,34	322.005	7.418,00	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCHTF 94/24		800.000	131,03		1.048.277	139,10	1.112.800	49.452,00	6,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	100,73		1.309.453	103,48	1.345.175	23.008,00	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	101,17		1.618.704	103,83	1.661.200	24.986,00	3,7509
IT0004019581	BUONI POLIENNALITF 06/16		1.100.000	101,74		1.119.151	105,20	1.157.200	17.178,00	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	101,93		305.782	106,06	318.165	4.997,00	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	96,99		193.974	102,27	204.530	3.123,00	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	103,62		5.180.962	108,02	5.400.750	93.699,00	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	103,55		207.097	108,41	216.820	3.748,00	4,500%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,27		200.546	102,54	205.080	247,00	3,0009
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,90		1.513.469	104,94	1.574.100	19.726,00	4,0009
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	110,36		662.154	111,34	668.010	6.752,00	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	106,83		961.452	111,99	1.007.865	22.438,00	3,500%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		3.100.000	98,67		3.058.848	104,95	3.253.450	17.071,00	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	97,89		978.871	106,60	1.066.000	22.171,00	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,32		2.330.275	113,01	2.599.115	58.839,00	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	103,27		1.032.674	112,61	1.126.100	27.288,00	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,21		607.255	111,53	669.180	14.326,00	3,5009
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	141,16		705.816	151,93	759.650	28.993,00	8,500%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,56		2.986.891	104,27	3.127.950	71.630,00	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	111,40		2.339.418	115,74	2.430.540	16.383,00	4,2509
FR0116114978	FRENCHTREASURY NOTETF 09/14		400.000	100,03		400.140	100,03	400.100	9.616,00	2,500%

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

[DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	101,78		3.002.379	108,19	3.191.605	95.548,00	4,600%
E000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	109,88		549.387	117,92	589.600	14.743,00	4,375%
NL0000102325	NETHERLANDS GOVERNMENTTF 04/14		1.325.000	101,01		1.338.382	101,85	1.349.512	23.006,00	3,750%
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENTTF 06/16		2.900.000	100,50		2.914.364	109,02	3.161.580	53.710,00	4,000%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	108,51		6.727.842	113,48	7.035.450	222.945,00	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	103,31		309.942	112,10	336.285	4.862,00	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVTTF 11/21		300.000	103,20		309.613	110,15	330.450	4.514,00	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BONDTF 07/22		1.000.000	99,35		993.468	114,37	1.143.690	42.782,00	4,500%
AT0000A0CL73	REP OF AUSTRIA TF 09/14		400.000	101,40		405.594	102,50	409.980	2.646,00	3,400%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,05		400.182	114,29	457.140	7.223,00	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,67		2.491.758	111,56	2.789.000	25.411,00	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	99,81		998.137	109,50	1.094.950	11.616,00	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	101,63		4.573.229	112,50	5.062.275	113.850,00	3,650%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	112,10	56.047	810,00	3,500%
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLANDTF 10/20		400.000	111,77		447.069	110,74	442.940	5.918,00	3,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	121,91		2.072.392	120,82	2.053.877	21.060,00	1,500%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	100,77		201.539	111,22	222.440	4.808,00	3,375%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		1.000.000	121,03		1.210.258	123,67	1.236.708	8.314,00	1,600%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	98,29		1.670.916	95,53	1.623.947	1.876,00	0,250%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	116,78		700.703	116,31	697.847	3.679,00	1,300%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	121,98		1.585.715	118,20	1.536.542	11.172,00	1,850%
FR0010061242	FRANCE O.A.T. TF 03/14		500.000	100,80		504.012	101,14	505.675	13.644,00	4,000%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	103,32		103.319	112,61	112.610	2.729,00	4,000%
FR0011486067	FRANCE OATTF 12/23		1.400.000	94,08		1.317.094	94,88	1.328.320	14.767,00	1,750%
FR0118462128	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/15		2.500.000	102,25		2.556.222	102,68	2.567.000	23.562,00	2,000%
	SUB-TOTAL		76.645.000			78.784.826		82.824.975	1.515.243,00	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADESTF 04/15		300.000	102,82		304.855	104,30	312.885	7.419,00	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADESTF 04/16		300.000	102,96		306.276	107,16	321.465	7.419,00	3,625%

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	102,98		2.574.547	112,47	2.811.625	17.209,00	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	103,77		1.037.695	115,32	1.153.200	28.993,00	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	105,79		952.139	116,61	1.049.445	7.228,00	4,375%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		1.110.000	99,05		1.099.426	98,74	1.095.959	14.084,00	2,375%
EU000A1G0AG3	EFSF TF 12/14		150.000	100,00		150.000	100,10	150.150	1.208,00	1,000%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	103,39		310.172	111,21	333.630	9.082,00	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,91		1.698.509	100,03	1.700.476	1.195,00	0,305%
DE0001590628	LAND NIEDERSACHSEN TF 04/14		1.000.000	99,94		999.401	100,44	1.004.350	35.486,00	4,125%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	103,54		207.082	113,03	226.060	7.149,00	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/16		1.700.000	99,97		1.699.467	100,17	1.702.907	775,00	0,328%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/18		1.200.000	99,89		1.198.634	100,23	1.202.724	968,00	0,377%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,91		1.598.504	100,87	1.613.872	471,00	0,707%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	108,57		2.714.262	115,63	2.890.775	63.228,00	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	100,00		1.400.011	99,98	1.399.748	478,00	1,023%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		2.200.000	99,40		2.186.800	99,92	2.198.262	888,00	0,255%
DE000A1ELUX5	GEMEINSAME BUND TF 10/15		20.000	103,08		20.616	99,30	20.472	231,00	2,000%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	99,35	93.487	557,00	2,000%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100,14	1.400.392	984,00	0,305%
DE000NRW2ZN2	LAND NORDRHEIN 10/14		3.250.000	100,43		3.263.813	99,58	3.250.130	2.866,00	0,407%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/16		1.400.000	99,96		1.399.440	100,21	1.402.394	638,00	0,328%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/18		1.300.000	99,86		1.298.180	100,37	1.302.951	1.048,00	0,377%

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

ID	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	100,99	706.069	206,00	0,707%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	99,53		2.986.016	99,92	2.997.630	1.211,00	0,255%
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	101,29		5.064.464	101,58	5.078.800	6.492,00	0,607%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	99,05		693.332	98,74	691.145	8.883,00	2,375%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,91		2.997.362	100,03	3.000.840	2.109,00	0,305%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/16		3.000.000	99,97		2.999.059	100,17	3.005.130	1.367,00	0,328%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/18		3.000.000	99,89		2.996.584	100,23	3.006.810	2.419,00	0,377%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,91		2.997.195	100,87	3.026.010	884,00	0,707%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	100,00		3.000.022	99,98	2.999.460	1.023,00	1,023%
	SUB-TOTAL		51.920.000			52.345.592		53.149.253	234.198,00	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.000.000	100,00		1.000.041	99,83	998.330	187,00	0,482%
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		3.100.000	98,75		3.061.177	104,98	3.254.380	20.437,00	3,125%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT- HISP TF 05/15		3.000.000	98,46		2.953.734	103,26	3.097.650	24.144,00	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,04		1.600.697	109,05	1.744.720	46.816,00	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,63		199.258	119,84	239.680	5.284,00	4,750%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		400.000	99,71		398.839	99,59	398.348	3.403,00	1,500%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,04		15.005.761	111,47	16.720.500	159.375,00	4,250%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	100,58		4.023.097	100,09	4.003.400	1.933,00	0,348%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	100,00		200.000	101,19	202.388	455,00	1,077%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	105,57		2.111.481	113,60	2.272.000	56.466,00	4,500%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	102,97		308.896	106,22	318.645	7.379,00	4,750%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	98,49		3.250.189	111,43	3.677.322	24.987,00	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	105,09		315.266	119,11	357.330	8.735,00	4,875%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.600.000	99,95		1.599.246	100,11	1.601.824	2.174,00	0,627%

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

IDEN	ITIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	99,96		99.958	99,50	99.497	119,00	1,223%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		2.000.000	100,00		1.999.994	100,00	1.999.920	1.747,00	0,425%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.100.000	100,00		1.100.006	99,98	1.099.725	1.145,00	0,457%
FR0010369306	DEXIA AGENCY TF 06/14		3.000.000	99,98		2.999.341	100,58	3.017.250	93.637,00	3,875%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	102,09		4.594.245	112,76	5.073.975	26.630,00	4,500%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCETF 13/21		400.000	99,56		398.255	99,09	396.340	838,00	2,250%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	104,29		1.564.425	108,96	1.634.325	6.370,00	3,875%
XS0201674594	HBOS TSY SRVCS TF 04/14		3.800.000	100,21		3.808.001	102,60	3.898.610	43.804,00	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		500.000	99,96		499.779	100,06	500.280	7,00	0,493%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	100,38		2.911.096	102,62	2.975.835	69.223,00	4,250%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,36		198.721	99,45	198.904	1.274,00	3,750%
DE0002760931	KFW TF 04/14		3.900.000	100,19		3.907.343	102,00	3.977.805	81.740,00	4,250%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,40		307.214	112,29	336.870	5.178,00	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,41		502.030	106,57	532.825	7.705,00	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	101,76		305.293	113,04	339.105	10.956,00	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,71		1.944.398	100,22	1.954.231	385,00	0,355%
XS0831383194	MAN SETF 12/15		1.000.000	99,85		998.543	100,53	1.005.310	2.767,00	1,000%
XS0970078704	RABOBANK NEDERLAND 13/14		1.000.000	100,00		1.000.008	100,01	1.000.120	197,00	0,355%
XS0920369799	RABOBANK NEDERLAND 13/15		1.000.000	99,96		999.606	100,06	1.000.560	824,00	0,424%
XS0293496815	RENTOKIL INITIAL PLCTF 07/14		500.000	100,91		504.573	100,81	504.055	17.676,00	4,625%
FR0011565555	RTE EDFTRANSPORT S.A.TF 13/23		400.000	99,20		396.799	100,18	400.708	3.466,00	2,875%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	101,70		813.609	114,39	915.080	28.841,00	4,125%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.ATF 13/25		300.000	99,33		297.996	99,11	297.342	992,00	2,875%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,93		699.501	102,46	717.206	6.962,00	4,125%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.002	100,64	201.270	331,00	0,805%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.000.000	100,00		1.000.001	100,03	1.000.270	1.155,00	0,507%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		2.200.000	101,48		2.232.560	100,58	2.212.738	4.400,00	1,125%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		700.000	99,65		697.536	99,59	697.109	5.955,00	1,500%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.100.000	99,94		1.099.329	100,04	1.100.407	444,00	0,427%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.100.000	99,90		1.098.845	100,11	1.101.254	1.494,00	0,627%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/1		170.000	99,95		169.915	99,50	169.145	202,00	1,223%

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

IC	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.100.000	100,00		1.100.000	100,00	1.099.956	961,00	0,425%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		700.000	100,00		700.000	99,98	699.825	729,00	0,457%
XS0441402681	EDISON SPATF 09/14		1.350.000	104,95		1.416.825	101,89	1.375.542	25.465,00	4,250%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	99,09	495.425	1.048,00	2,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		100.000	99,90		99.899	100,06	100.056	1,00	0,493%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	99,45	497.260	3.185,00	3,750%
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		500.000	100,00		499.990	100,26	501.310	330,00	0,720%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	100,22	2.555.533	503,00	0,355%
XS0831383194	MAN SETF 12/15		2.000.000	99,75		1.995.000	100,53	2.010.620	5.534,00	1,000%
DE000NLB24A3	NORDDEUTSCHE LANDESBANK 07/14		250.000	99,20		248.000	99,96	249.900	111,00	0,207%
XS0970078704	RABOBANK NEDERLAND 13/14		600.000	100,00		600.000	100,01	600.072	118,00	0,355%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		100.000	99,69		99.691	103,64	103.638	2.450,00	3,375%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	99,11	495.570	1.654,00	2,875%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.000	100,64	201.270	331,00	0,805%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.300.000	100,00		1.300.000	100,03	1.300.351	1.501,00	0,507%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		3.000.000	100,73		3.021.948	100,58	3.017.370	6.000,00	1,125%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.000.000	100,00		1.000.041	99,83	998.330	187,00	0,482%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,59		304.770	89,40	268.188	26,00	0,774%
FR0011512417	BANQUE SOLFEATF 13/16		2.000.000	99,71		1.994.198	99,59	1.991.740	17.014,00	1,500%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.400.000	99,97		1.399.635	100,04	1.400.518	565,00	0,427%
FR0011564541	BPCE SA 13/15		3.000.000	99,96		2.998.943	99,91	2.997.240	959,00	0,548%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	100,00		200.000	101,19	202.388	455,00	1,077%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.500.000	99,95		1.499.293	100,11	1.501.710	2.038,00	0,627%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	99,96		1.499.373	99,50	1.492.455	1.783,00	1,223%

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

II	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.800.000	100,00		1.799.994	100,00	1.799.928	1.573,00	0,425%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.500.000	100,00		1.500.008	99,98	1.499.625	1.561,00	0,457%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN- HYPOBK		800.000	101,91		815.270	109,39	875.080	5.348,00	4,000%
XS0441402681	EDISON SPA TF 09/14		400.000	101,66		406.627	101,89	407.568	7.545,00	4,250%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	99,56		298.692	99,09	297.255	629,00	2,250%
FR0010820217	HAVAS SPA TF 09/14		500.000	103,46		517.284	103,56	517.795	4.294,00	5,500%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		3.000.000	99,96		2.998.672	100,06	3.001.680	41,00	0,493%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,36		198.721	99,45	198.904	1.274,00	3,750%
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		1.500.000	100,00		1.500.015	100,26	1.503.930	990,00	0,720%
XS0966078908	ING GROEP NV 13/15		400.000	99,96		399.859	100,18	400.732	256,00	0,677%
XS0181049205	LANDBK HESSEN- THUERINGEN 03/15		2.000.000	100,65		2.012.953	100,14	2.002.800	597,00	0,358%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	99,71		2.991.381	100,22	3.006.510	592,00	0,355%
XS0831383194	MAN SETF 12/15		1.000.000	99,85		998.543	100,53	1.005.310	2.767,00	1,000%
XS0970078704	RABOBANK NEDERLAND 13/14		1.000.000	100,00		1.000.008	100,01	1.000.120	197,00	0,355%
XS0920369799	RABOBANK NEDERLAND 13/15		1.000.000	99,96		999.606	100,06	1.000.560	824,00	0,424%
XS0293496815	RENTOKIL INITIAL PLC TF 07/14		400.000	100,91		403.658	100,81	403.244	14.141,00	4,625%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	99,20		198.400	100,18	200.354	1.733,00	2,875%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		1.000.000	99,70		997.044	103,64	1.036.380	24.503,00	3,375%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	99,33		198.664	99,11	198.228	662,00	2,875%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		300.000	99,93		299.786	102,46	307.374	2.984,00	4,125%

01 RELATÓRIO

CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

II	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.002	100,64	201.270	332,00	0,805%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		3.000.000	100,00		2.999.995	100,03	3.000.810	3.465,00	0,507%
	SUB-TOTAL		124.970.000			125.321.635		129.266.312	937.495,00	
	SUB-TOTAL		253.535.000			256.452.053		265.240.540	2.686.936,00	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							129.266.313		
	2.2.2.1 - Ações									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	SUB-TOTAL									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298		280			13.481	3.774.546	13.488,91	3.776.895		
FR0010529743		346			10.928	3.781.213	10.938,37	3.784.676		
FR0010337667		55			57.119	3.141.566	57.146,00	3.143.030		
FR0000291239		142			22.505	3.195.730	22.523,21	3.198.296		
IE00B06YB680		16.470			73	1.209.363	73,46	1.209.857		
LU0579997130		1.600			14	22.544	14,82	23.712		
LU0274210672		389			21	8.321	33,27	12.942		
LU0322248658		57			71	4.074	110,62	6.305		
FR0007054358		600			30	18.120	31,07	18.642		
LU0106235459		2.675			24	63.528	30,92	82.711		
FR0010232298		62			13.475	835.435	13.488,91	836.313		
FR0010092528		1.979			1.191	2.356.707	1.191,13	2.357.236		
FR0010213355		739			2.281	1.685.349	2.282,52	1.686.782		
FR0010529743		198			10.927	2.163.504	10.938,37	2.165.797		
LU0414045319		125			113	14.125	121,18	15.148		
FR0010337667		9			57.105	513.941	57.146,00	514.314		
FR0000293698		265			10.778	2.856.130	10.789,09	2.859.109		
FR0000291239		94			22.500	2.114.960	22.523,21	2.117.182		

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

II	DENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		MONTANTE	% D0	PREÇO				VALOR DE	BALANÇO
CÓDIGO	DESIGNAC	QUANTI- ÇÃO DADE	DO VALOR NOMINAL	VALOR	MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0010609115		1			107.706	107.707	107.956,30	107.956		
FR0011060870		39			20.368	794.342	20.396,25	795.454		
FR0010232298		109			13.486	1.470.010	13.488,91	1.470.291		
FR0010092528		2.043			1.191	2.433.170	1.191,13	2.433.468		
FR0010213355		2.206			2.282	5.033.541	2.282,52	5.035.239		
FR0010529743		320			10.935	3.499.143	10.938,37	3.500.278		
LU0414045319		7.106			121	857.978	121,18	861.105		
FR0010337667		67			57.132	3.827.857	57.146,00	3.828.782		
FR0000293698		17			10.783	183.319	10.789,09	183.415		
FR0000291239		147			22.518	3.310.074	22.523,21	3.310.912		
FR0010554683		10			10.963	109.634	10.968,14	109.682		
FR0010609115		1			107.889	107.889	107.956,30	107.956		
	SUB-TOTAL	38.151				49.493.820		49.553.485	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL									
	TOTAL	38.151	253.535.000			305.945.873		314.794.025	2.686.936,00	
	3 - TOTAL GERAL	1.323.951	257.874.923			315.872.359		325.010.847	2.794.450,00	



03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO & CONTAS **2013**

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, Avenida da República, 90-6º 1600-206 Lisboa

Portugal

Tel: +351 217 912 000 Fax: +351 217 957 586

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 408.375.607 Euros e um total de capital próprio de 66.803.932 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.811.111 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes

Responsabilidades

- 2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal e respectivas alterações subsequentes.





01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO



Relato sobre outros requisitos legais

 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178) Representada por:

Cura Salcedal

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

O3
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÍVIOS AO EXERCÍCIO DE 2013

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada (Contas Técnica e Não Técnica), as Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas consolidadas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no Relatório de Gestão;
- c) A gestão da Sociedade exercida em 2013 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 24 de Março de 2014

O Conselho Fiscal

João de Lara Everard

(Presidente)

Santiago Gil de Biedma

(Vogal)

António Vilar

(Vogal



VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA- SEGUROS DE VIDA S.A

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200 1250-147 Lisboa - Portugal **T** 213 134 100 · **F** 213 134 700